



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

1 ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE  
2 MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS  
3 QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM, REALIZADA NO DIA 22 DE  
4 OUTUBRO DE 2021, POR VIDEOCONFÊRENCIA, VIA MICROSOFT  
5 TEAMS.

6 Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de outubro de 2021, às 09h:00, deu-se  
7 início a reunião por videoconferência dos membros da Comissão  
8 Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões  
9 Ligadas à Grilagem (CPMEAQLG), em razão da pandemia mundial pelo  
10 COVID-19, conforme recomendação do CNJ, utilizando-se a ferramenta  
11 Microsoft Teams. Participaram da reunião o Excelentíssimo  
12 Desembargador Mairton Marques Carneiro, Ouvidor Agrário do TJPA; o  
13 Dr. Juiz André Filo-Creão, Ouvidor Agrário Adjunto do TJPA e Juiz Titular  
14 da Região Agrária de Castanhal; a Dra. Maria Adelaide Cardoso Trindade,  
15 Secretária Geral da Ouvidoria Agrária e o Dr. Laércio dos Santos Rosa  
16 Junior, Assessor da Ouvidoria Agraria, na função de Secretário desta  
17 Comissão. Também participaram os membros: Dr. Ben Hur Daniel Cunha,  
18 Representante da DPU; Dra. Caroline Amarante, Representante do  
19 INCRA; Dr. Girolamo Treccani e Dr. João de Jesus, Representantes da  
20 FETAGRI; Dr. Mário Solano e Dra. Eliana Zacca, Representantes da  
21 FAEPA; Dra. Ione Nakamura e Dra. Herena Maués, Representantes do  
22 MPPA; Dra. Janyce Varella Neiva, Representante da PGE; Dr. Antônio  
23 Carlos Apolinário, Representante da ANOREG; Dr. Tiago Ferreira,  
24 Representante do ITERPA; Dra. Andreia Barreto, Representante da DPE;  
25 Dr. Felipe Moura Palha, Representante do MPF e Dra. Naire Rei,  
26 Representante da OAB. Também estiveram presentes os  
27 Excelentíssimos Senhores Juízes: Dr. Haroldo Silva da Fonseca, Juiz  
28 Titular Titular da Região Agrária de Redenção; Dr. Manuel de Jesus  
29 Maria, Juiz Titular da Região Agrária de Santarém; o Dr. Antônio  
30 Fernando Villar, Juiz Titular da Vara Agrária de Altamira; Dr. Amarildo  
31 José Mazutti, Juiz Titular da Vara Agrária de Maraná e o Dr. Waldir

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

32 Macieira Filho, Procurador de Justiça. A reunião foi transmitida ao vivo,  
33 gravada em áudio e vídeo, com transcrição realizada pela empresa Steno  
34 Voice, por meio de estenotipia computadorizada. **PAUTA:** 1. Aprovação  
35 da ATA de reunião realizada no dia 10 de setembro de 2021; 2. Informes:  
36 2.1. Substituição do membro suplente da Defensoria Pública da União  
37 nesta Comissão; 2.2. Participação do Ouvidor Agrário em Audiência  
38 Pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da  
39 Câmara dos Deputados, no dia 06 de outubro de 2021, por  
40 videoconferência. A audiência tratou sobre “conflitos agrários e ameaças  
41 de morte contra defensores de direitos humanos no Pará”; 2.3.  
42 Participação do Ouvidor Agrário no Seminário Internacional Mineração,  
43 Empresas transnacionais e Povos e Comunidades Tradicionais, no dia 15  
44 de outubro de 2021, por videoconferência. O evento discutiu sobre o  
45 “Projeto Minerário Volta Grande do Xingu”; 3. Discussão proposta pela  
46 FAEPA acerca das ocupações reincidentes em imóveis rurais do Estado  
47 do Pará, a partir a partir do descumprimento de decisões judiciais; 4.  
48 Apresentação do Sistema de Controle de Matrículas proposto pela  
49 Corregedoria Geral de Justiça, por meio do Dr. Lúcio Barreto Guerreiro,  
50 Juiz Auxiliar; 5. Proposição encaminhada pelo Prof. Dr. Girolamo  
51 Treccani, representante da FETAGRI, via WhatsApp, sugerindo a criação  
52 de um endereço eletrônico onde possam ser socializadas as respostas  
53 dos Cartórios de Registro de Imóveis, sobre os registros de matrículas; 6.  
54 Ação direta de inconstitucionalidade n.º 3.433, comunicada pelo Ministro  
55 Luiz Fux e encaminhada pela Presidência do TJPA à Ouvidoria Agrária,  
56 via SIGA-DOC, acerca da competência dos juízes agrários, minerários e  
57 ambientais; 7. Encaminhamento realizado pelo Dr. Ibraim Rocha,  
58 representante da PGE, via WhatsApp, sugerindo a necessidade de que  
59 seja criada no TJPA uma turma especializada para discutir os recursos  
60 das Varas Agrárias; 8. Expediente encaminhado pela Corregedoria Geral  
61 de Justiça sobre as informações prestadas pelos Cartórios de Registros  
62 de Imóveis, em atendimento ao Ofício n.º 039/2019-CPMEAQLG,  
63 referente a integralização ao sistema ARISP; 9. Ofício n.º 6.

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

64 76150/2021/CFISC/GABSEC encaminhado pela SEMAS/PA, em  
65 resposta ao Ofício nº 036/2020 – OA, referente a Ação de Reintegração  
66 de Posse na Gleba Uruará; **10.** Denúncia de crimes ambientais e  
67 ameaças às famílias acampadas na Região do Chicão e Fazenda Pontal,  
68 localizadas na Gleba Inajá, em Santa Maria das Barreiras, conforme  
69 apresentado nos termos do Ofício nº 315/2021-MP/4ªPJR, remetido à  
70 Ouvidoria Agrária pela Dra. Herena Maués, representante do MPPA; **11.**  
71 Apresentação das atividades realizadas pelo Grupo de Trabalho para o  
72 Marajó. **ITEM 1:** Inicialmente, o DES. PRESIDENTE submeteu à  
73 aprovação a ATA da última reunião realizada no dia 10 de setembro de  
74 2021. No silêncio a ATA foi considerada aprovada; **ITEM 2:** O DES.  
75 PRESIDENTE leu os informes e apresentou aos membros da  
76 CPMEAQLG o Projeto de Casamento comunitário, elaborado pela  
77 Ouvidoria Agrária do TJPA. Em seguida franqueou a palavra para que os  
78 participantes manifestassem suas considerações quanto ao projeto. SR.  
79 MÁRIO SOLANO: Pode contar com o seu projeto com o Senar para fazer  
80 essa capacitação dessas pessoas que são necessitadas, são nossos  
81 irmãos aqui no estado do Pará. Conte conosco. DES. PRESIDENTE:  
82 Muito obrigado, doutor. Então, vejam bem... cadê o doutor da Defensoria  
83 Pública, já falou? SR. JOÃO DE JESUS SOUSA: Alô. DES.  
84 PRESIDENTE: Quem vai falar ainda agora? SR. JOÃO DE JESUS  
85 SOUSA: É o João, diretor da área agrária da Fetagri, tudo bem? DES.  
86 PRESIDENTE: Pois não, doutor, diga. Pode falar. SR. JOÃO DE JESUS  
87 SOUSA: Da Fetagri. DES. PRESIDENTE: O senhor está com a palavra.  
88 SR. JOÃO DE JESUS SOUSA: Estamos também de acordo com o  
89 projeto. É lógico que é uma ação que visa fazer com que o homem  
90 permaneça no campo, na terra. Eu acho que tem todo um projeto que  
91 considera o homem e a mulher, a gente sabe que tem a juventude, tem  
92 as outras pessoas que estão no campo, mas isso, nós já temos alguns  
93 programas no Brasil, que inclusive, o caso da casa própria, que o  
94 documento [interrupção no áudio] com o jeito, a forma de a gente aplicar.  
95 Mas nós da Fetagri também [interrupção no áudio] estar junto para que

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

96 seja uma ação que possa de fato diminuir a violência no campo e a pessoa  
97 possa de fato ter o documento da sua propriedade. Nós também estamos  
98 aqui para contribuir com o projeto. DES. PRESIDENTE: Ah, tá bom. Eu  
99 fiquei até reticente quando o Prof. Girolamo já jogou para outra pessoa,  
100 aí eu fiquei meio reticente. Aí eu não podia contar, então, com a Fetagri.  
101 Posso contar, então, com a Fetagri? SR. JOÃO DE JESUS SOUSA:  
102 Pode, estamos aqui. Estamos... DES. PRESIDENTE: Muito obrigado. SR.  
103 JOÃO DE JESUS SOUSA: Acho que ação... DES. PRESIDENTE: Eu  
104 quero também esclarecer ao senhor que a pessoa-- SR. JOÃO DE JESUS  
105 SOUSA: Principalmente, a gente tem visto isso-- DES. PRESIDENTE: Eu  
106 já lhe encaminhei também, com os órgãos, com os bancos oficiais, tá  
107 certo, para que dê a infraestrutura com juros subsidiários para as pessoas  
108 que ficarem com esse tipo de título em terra. Então, ou seja, vamos dar a  
109 nossa contribuição. Por exemplo, o doutor... o Dr. Coronel Solano  
110 informou que ela pode entrar com o Senar lá, que forma jovens, forma as  
111 pessoas no campo, ou seja, na agricultura. Então, uma série de cursos  
112 que tem lá, nós podemos contar com a federação nesse aspecto, depois  
113 de assentado, viu, Dra. Carol? Viu, Dr. Tiago? SR. JOÃO DE JESUS  
114 SOUSA: Doutor. DES. PRESIDENTE: Então, nós estamos aqui em um  
115 forço sobre-humano para nós efetivamente fazermos a reforma agrária,  
116 que eu dizia que era uma revolução agrária, mas sem sangue, na paz,  
117 sem problema algum. E continuo a dizer-- SR. JOÃO DE JESUS SOUSA:  
118 É importante. DES. PRESIDENTE: Pergunta: se aparecer uma nova ideia  
119 que faça com que nós fixemos o homem do campo, para encerrar de uma  
120 vez por todas, acho que não vamos... acontecer porque o ser humano é  
121 muito versátil, nós estamos à disposição para ouvir e para colocar em  
122 prática, porque nós temos... o procurador da República não está, não? Ou  
123 A procuradora? SR. BEN HUR DANIEL CUNHA: Excelência. SR.  
124 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: A Dra. Janyce, procuradora, já  
125 está na sala. DES. PRESIDENTE: Dra. Janyce. Já está na sala? Dra.  
126 Janyce, a senhora se engaja conosco? SRA. JANYCE MARIA DE  
127 ALMEIDA VARELLA NEIVA: Oi, doutor, bom dia. Doutor-- DES.

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

128 PRESIDENTE: A senhora se engaja conosco também nesse projeto? A  
129 senhora irá receber o projeto, tá? Mas eu dei uma rápida pincelada nesse  
130 assunto, tá? SRA. JANYCE MARIA DE ALMEIDA VARELLA NEIVA: Nós  
131 somos da procuradoria do estado, Laércio, PGE. DES. PRESIDENTE: Ah,  
132 do estado. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Isso, do estado,  
133 como eu disse. SRA. JANYCE MARIA DE ALMEIDA VARELLA NEIVA:  
134 Mas de qualquer forma parablenzo Vossa Excelência pelo projeto. Faço  
135 minhas as palavras o Dr. Tiago, o lterpa e PGE sempre andaram de mãos  
136 dadas. Então coloco a procuradoria dentro da nossa esfera de  
137 competência à sua disposição, Excelência, para o sucesso do seu projeto.  
138 DES. PRESIDENTE: Tá bom. Muito obrigado-- SR. LAÉRCIO DOS  
139 SANTOS ROSA JUNIOR: Sr. Presidente. SRA. JANYCE MARIA DE  
140 ALMEIDA VARELLA NEIVA: Do nosso, do nosso projeto. SR. LAÉRCIO  
141 DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Representante da DPU, representante  
142 suplente, Dr. Ben Hur pede a palavra. DES. PRESIDENTE: Está com a  
143 palavra. SR. BEN HUR DANIEL CUNHA: Bom dia a todos. Sr. Presidente,  
144 parabenizando pelo projeto, a DPU gostaria de se colocar à disposição  
145 para analisar e, dentro da esfera de sua competência, se organizar para  
146 participar ativamente dessa iniciativa, especialmente pelas nossas  
147 atribuições relacionadas à direitos previdenciários e assistenciais. DES.  
148 PRESIDENTE: Muito obrigado. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA  
149 JUNIOR: Dr. Solano também pede a palavra, Excelência, da Faepa. DES.  
150 PRESIDENTE: Dr. Solano. Depois eu falo com o Dr. Solano. O Dr. Ben  
151 Hur representa quem? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Ele  
152 é membro suplente da Defensoria Pública da União. DES. PRESIDENTE:  
153 Da União. Dr. Ben Hur, por favor, sua manifestação. SR. LAÉRCIO DOS  
154 SANTOS ROSA JUNIOR: Foi ele que falou agora há pouco, Excelência.  
155 Foi ele que falou agora. DES. PRESIDENTE: Não entendi. SR. LAÉRCIO  
156 DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Foi ele que falou agora há pouco,  
157 Excelência. DES. PRESIDENTE: Ah, foi ele? Ah, tá. Tá bom. SR.  
158 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Agora é a Faepa. DES.  
159 PRESIDENTE: A Defensoria Pública do estado não está presente, não?

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

160 Do estado. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Foi a Dra.  
161 [ininteligível] que falou anteriormente. DES. PRESIDENTE: Não está?  
162 Bom, o Dr. Felipe, eu acho que foi admitido agora? Dr. Felipe Moura  
163 Palha. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: A Faepa,  
164 primeiramente, Excelência. ORADOR NÃO IDENTIFICADO [00:06:20]:  
165 Olá, doutor. DES. PRESIDENTE: Oi? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS  
166 ROSA JUNIOR: A Faepa pediu a palavra, em seguida o Dr. Antônio  
167 Carlos. DES. PRESIDENTE: Faepa, pode falar, doutor, doutora. SR.  
168 MÁRIO SOLANO: Desembargador, é só para complementar, é sem ônus,  
169 sem ônus pela Faepa, ok, essa atividade, a colaboração. Obrigado. DES.  
170 PRESIDENTE: Muito obrigado. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA  
171 JUNIOR: Dr. Antônio Carlos, da Anoreg, Excelência. DES. PRESIDENTE:  
172 Pois não, Dr. Antônio Carlos, por favor. SR. ANTÔNIO CARLOS  
173 APOLINÁRIO DE SOUZA CARDOSO: Primeiramente, bom dia a todos  
174 os membros da comissão. E gostaria de parabenizar o desembargador  
175 dela iniciativa desse nosso projeto. A Anoreg está à disposição, sobre ao  
176 encontro de direitos a uma iniciativa tão louvável e que busca tornar mais  
177 plena a cidadania das pessoas que moram no campo, vai ao encontro da  
178 nossa linha institucional. Não é novidade para o desembargador, pois já  
179 temos conversado sobre esse projeto, conversamos com colegas que  
180 estão à frente do registro civil buscando viabilizar. As palavras são só para  
181 a parabenizar, reiterar a disposição e colocar à disposição e, se possível,  
182 para que eu possa conversar até com a Dra. Adelaide, Dr. Laércio para  
183 que possamos aprimorar a questão de provimento interno de tribunal. Por  
184 fim, mais uma vez, parabéns, desembargador, e conte conosco. DES.  
185 PRESIDENTE: Muito obrigado. Então, gente, eu deixei de colocar a  
186 palavra para os juízes agrários para pôr no final, né, para saber a opinião  
187 deles. Dr. André, ou Dr. Amarildo, Dr. Haroldo? SR. AMARILDO JOSÉ  
188 MAZUTTI: Desembargador, eu acho que... Eu ratifico aquilo que o Dr.  
189 Tiago, do Iterpa, falou, que tudo que é feito para fixar o homem na terra é  
190 tudo válido, né? Inclusive, nós fizemos... quero parabenizar o senhor por  
191 esse projeto, nós estamos à disposição para ajudá-lo no que a gente

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

192 puder ajudar [interrupção no áudio]. Inclusive, tenho uma sugestão  
193 [interrupção no áudio] feito no dia 20 de novembro, porque não  
194 [interrupção no áudio] junto à Secretaria de Segurança Pública também,  
195 para fazer identidade de quem precisa, né? Como a defensora pública  
196 falou aí, Dra. Andreia, fazer o trabalho social. Também poderia incluir  
197 [interrupção no áudio] pessoal da saúde também, quem saber fazer um  
198 testeinho de Covid, também, no local, né? A gente podia ampliar esse  
199 serviço social. Porque eu acho que aí [interrupção no áudio] e amplia  
200 também. Nós estamos vivendo [interrupção no áudio] pandemia  
201 [interrupção no áudio] a gente puder fazer para a população, puder  
202 aproveitar [interrupção no áudio]. DES. PRESIDENTE: Está falhando, Dr.  
203 Amarildo, está falhando a sua fala. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:  
204 Então, eu acho que tudo o que é válido, tudo que é feito para o povo,  
205 principalmente da nossa questão agrária [interrupção no áudio], né?  
206 Então [interrupção no áudio] parabênizo pelo projeto [interrupção no  
207 áudio]. DES. PRESIDENTE: Falhou de vez agora, sua fala falhou de vez.  
208 SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Falhou de vez? Deixa eu colocar... só  
209 um pouquinho, só um minuto. DES. PRESIDENTE: Deixa eu ouvir Dr.  
210 Haroldo. Pois não, Dr. Haroldo. SR. HAROLDO SILVA DA FONSECA:  
211 Bom dia, desembargador, bom dia a todos. Desembargador, em relação...  
212 De início, eu gostaria só de falar, desembargador, em relação a essa fala  
213 inicial o de senhor, dessa imagem que o Pará ostenta no Brasil e pelo  
214 mundo afora, principalmente por conto de Eldorado dos Carajás, que o  
215 Pará tem duas grandes famas, né? Seria essas notícias ruins que se  
216 propagam do Pará, mas também tem a outra notícia, que é a notícia do  
217 estado do Pará ser um Eldorado. As pessoas fazem uma imagem do  
218 estado do Pará, no Brasil afora, com a possibilidade de se dar bem, e isso  
219 faz com que esses grandes projetos que têm aqui no estado do Pará  
220 atraiam uma quantidade significativa de pessoas, principalmente aquelas  
221 pessoas que têm pouca instrução, né? E aí vem de toda... E a gente vê  
222 esses núcleos sociais crescendo sem que o estado consiga absolver. Há  
223 atualmente o caso de Belo Monte, Parauapebas, com esses grandes

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

224 projetos, né? E eu não esqueço que quando eu ainda fazia estágio com  
225 um advogado, no interior de Minas, onde eu fiz faculdade, ele falou que  
226 queria vir para o estado do Pará porque aqui advogado ficava rico muito  
227 rápido, em um ano conseguia comprar avião. Então, esse aspecto  
228 também, essa imagem do estado do Pará, ela se sobrepõe sobre o Brasil,  
229 né? Fora isso, em relação ao projeto, desembargador, eu o parabeno  
230 pela iniciativa, acho louvável. Nós vamos dar certo. E estou à disposição  
231 no que for necessário para o cumprimento e a execução do projeto.  
232 Inclusive, me coloco pessoalmente à disposição para o caso de realização  
233 das cerimônias de casamento, já fiz várias cerimônias de casamentos  
234 coletivos. E estou à disposição, o parabeno pela iniciativa. E o que  
235 depender de mim em relação à anotação do projeto como sendo um  
236 projeto... inscrição no Inovare, eu dou todo o apoio. Eu acho que nós  
237 temos que fazer uma divulgação do trabalho que nós fazemos perante a  
238 comissão, sobretudo no sentido de amenizar esse sofrimento e esse  
239 conflito que a gente tem no estado do Pará, no sentido que nosso trabalho  
240 está sendo desenvolvido para que esse conflito fundiário se encerre. Me  
241 coloco aqui à disposição, desembargador. DES. PRESIDENTE: Muito  
242 obrigado. Dr. Amarildo, ainda quer falar alguma coisa? SR. AMARILDO  
243 JOSÉ MAZUTTI: Quero sim. É o seguinte, vou parabenizar novamente o  
244 trabalho e me coloco à disposição também para o que o senhor precisar  
245 aí, se a gente puder participar. E outra coisa, como tinha falado antes, nós  
246 fizemos um trabalho com o Tiago, do Iterpa, o ouvidor agrário, que está  
247 aí, inclusive, em Parauapebas, que o Iterpa foi ativo o ano passado. Nós  
248 fizemos praticamente uma criação de um assentamento lá. Foi feito um  
249 acordo, ficamos... foi 380 alqueires de terra, ficou para os fazendeiros, e  
250 130 alqueires para os sem-terra. E aí o Iterpa se comprometeu, o Iterpa  
251 estava presente com o Dr. Tiago e se comprometeu a fazer o  
252 assentamento. Então, eu acredito, eu acho que essas iniciativas são  
253 válidas. Eu acho que a gente tem que propor alguma coisa, como o senhor  
254 está fazendo, para a gente tentar melhorar. Agora, eu também tenho uma  
255 questão que eu sempre pontuo que é a questão da participação do Iterpa.

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

256 Porque, assim, a reforma agrária é responsabilidade da União, né? Nós  
257 estamos agora em um período que, com o governo Temer e o governo  
258 Bolsonaro, pararam as aquisições de áreas para reforma agrária. Bom, o  
259 que acontece? Se pela constituição, a reforma agrária é responsabilidade  
260 da União, não deixa de ser responsabilidade do estado do Pará também,  
261 né? Então, sempre converso com o Dr. Tiago, que ele é muito ativo, muito  
262 participante nisso, sugestões aí para o Iterpa fazer um cadastro, também,  
263 dessas famílias desses assentamentos, para evitar situações como  
264 aconteceu essa semana. Eu fui fazer audiência em Goianésia do Pará,  
265 apareceram pessoas que são fazendeiros, acabam comprando áreas de  
266 invasores, comprando áreas de invasores, aí depois quando chega na  
267 hora da audiência, contratam advogados particulares de São Paulo,  
268 advogados caríssimos para participar, aí eu até perguntei: Qual é a  
269 vinculação da sua cliente com a terra? Ela teve algum negócio que ela fez  
270 com o cidadão? "Não, não fez nada, é porque ela comprou de algumas  
271 pessoas que estão lá dentro". Então, acontece muito. Agora, sugestão  
272 para o Iterpa: nós podemos fazer uma reforma agrária estadual, não  
273 precisa a gente esperar a reforma agrária Incra. Porque o Incra é muito  
274 político, é um órgão muito político. Mas o Iterpa, eu acho que a gente está  
275 no caminho certo. Queria parabenizar o Dr. Tiago que está aqui presente,  
276 que ele sempre vai, sempre a gente conversa, mas eu acho que o Iterpa  
277 poderia tomar uma posição, fazer um cadastramento de todas essas  
278 áreas estaduais que estão invadidas, fazer um cadastramento para evitar  
279 justamente essa interferência de algumas pessoas dentro das áreas  
280 ocupadas. Uma audiência agora, esses dias, em Parauapebas, um  
281 cidadão comprou 90 alqueires de terra, entende? Para evitar... Isso aí  
282 incentiva as invasões. Para poder fazer um cadastro no Iterpa para a  
283 gente saber exatamente quem é que precisa, quem é que tem direito a  
284 isso, né, para dar uma enxotada nessas pessoas que compram essas  
285 terras de assentamento. Mas, de qualquer forma, para encerrar, para não  
286 alongar, parabéns para o senhor, Dr. Mairton, tá? Estou à disposição em  
287 Marabá para o que precisar, tá? Estamos às ordens. DES. PRESIDENTE:

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

288 Tá bom. E o Dr. André? SR. TIAGO DE LIMA FERREIRA: Dr. Mairton,  
289 rapidinho, eu poderia falar, só para complementar, antes dos colegas, ou  
290 tenho que aguardar a minha vez? É que eu pedi... Só para complementar  
291 o que o Dr. Mazutti está falando. DES. PRESIDENTE: É Dr. Tiago que  
292 está falando? SR. TIAGO DE LIMA FERREIRA: Sim, senhor. Se o senhor  
293 quiser, eu aguardo, mas-- DES. PRESIDENTE: Deixa eu lhe parabenizar,  
294 porque o senhor... Eu não gosto de parabenizar muita gente, não, mas eu  
295 tenho que lhe parabenizar que uma dessas nossas participações de  
296 direitos humanos, grande voto do Xingu, o senhor foi parabenizado, viu,  
297 pela sua atuação dentro do órgão. E aqui eu queria dizer ao Dr. Mazutti  
298 que o Iterpa, hoje, ele está se reestruturando e a sua reestruturação está  
299 em conjunto também aqui com a ouvidoria, né? O Iterpa é um parceiro  
300 nosso. Assim como eu quero também trazer para o meu lado, mas trazer  
301 mesmo para o meu lado o Incra. Porque o Incra é um parceiro  
302 incondicional também. Queria aqui, viu, Dra. Carol, que fosse levado a...  
303 que o Incra fizesse o que o Iterpa está fazendo, se reestruturando, se  
304 colocando à disposição das pessoas, não só dos direitos humano mas  
305 também de todos nós aqui para nós fazermos não, como se diz, uma  
306 reforma, mas uma revolução agrária, sem sangue, na paz, na paz mesmo.  
307 E nós vamos conseguir isso, se Deus quiser. É o meu pensamento, tá?  
308 Mas Dr. Tiago, o senhor queria falar mais alguma coisa? SR. TIAGO DE  
309 LIMA FERREIRA: Eu queria só complementar, Excelência. Primeiro,  
310 agradecer as suas palavras gentis à minha pessoa. Recebo isso em nome  
311 dos meus colegas do Iterpa. Essa atuação só é possível que eu tenho a  
312 ajuda dos meus colegas do Iterpa, também os meus colegas da  
313 procuradoria, Dr. João, que aqui se encontra, também foi nosso diretor,  
314 Dra. Janyce, um trabalho de muita gente. Eu fico envaidecido, mas divido  
315 com meus colegas, né? Mas agradeço a sua sempre gentileza com a  
316 minha pessoa. Dr. Mazutti, só um complemento, rapidinho, até peço  
317 desculpa estar furando a fila dos colegas que se inscreveram, meu amigo  
318 Antônio eu vi que levantou a mão aqui. Dr. Mazutti, só para lhe avisar, o  
319 Iterpa está lá na fazenda, neste acordo, finalizando os trabalhos de

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

320 titulação do fazendeiro e também fazendo o perímetro do assentamento.  
321 O assentamento ainda precisa ter o georreferenciamento finalizado  
322 posteriormente por um setor chamado GTA, que existe no Iterpa, né, e  
323 nós estamos vendo. Em relação ao que o senhor propôs eu sou  
324 totalmente de acordo. Eu acho que o Iterpa deveria, nós já deveríamos  
325 ter mudado a nossa legislação federal para permitir que os estados  
326 pudessem desapropriar para fins de reforma agrária, porque como os  
327 meus colegas aqui procuradores muito bem sabem, os advogados,  
328 infelizmente, esta modalidade em específico, para fins de reforma agrária,  
329 o estado ainda não tem, né? Mas o que eu acho que pode ser feito, dentro  
330 da crítica que vocês colocaram, extremamente pertinente, o estado, agora  
331 em uma recente ação chamada Urucuré, eu acho o Dr. André até está  
332 aqui, nós já entrando como assistente [ininteligível] e as pensões  
333 preenchem os requisitos para o assentamento em terras públicas. O que  
334 acontecia na legislação anterior? A nossa legislação anterior, ela vedava  
335 expressamente que na existência de um conflito possessório, o estado  
336 pudesse agir. A atual, ela prevê a possibilidade, então a gente ainda está  
337 construindo esse novo caminho. A minha sugestão dentro do que o  
338 senhor falou é que façamos uma reunião com o setor de assentamento  
339 do Iterpa, chamado GPA, em conjunto à DA(F) e a presidência do Iterpa,  
340 para que essa sua sugestão de uma reforma agrária estadual possa ser  
341 consubstanciada através de uma instrução normativa para que as  
342 respostas aos juízes sejam mais contundentes e já dando realmente  
343 uma... o estado tomando uma decisão, obviamente sempre respeitando o  
344 direito adquirido de quem tinha posse de boa-fé anterior. Também temos  
345 que levar em consideração que existem, sim, agricultores, produtores  
346 rurais de médias e grandes propriedades que tinham função social e  
347 foram esbulhados de forma incorreta, o Iterpa não pode ser conivente com  
348 essa prática, jamais, tem que respeitar o mandamento constitucional. Mas  
349 aqueles que na eventualmente não deram função social e deixaram suas  
350 áreas ao relento, concordo totalmente com o estado ter que cumprir o art.  
351 88 da Constituição Federal, que diz que a titulação coletiva é prioritária

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

352 em relação à individual, tá? Mas isso uma construção, uma cultura que  
353 tem que ser mudada. O presidente Bruno, justiça seja feita, me pediu para  
354 iniciar esse diálogo, dentro, interno do Iterpa. Eu convido os meus colegas  
355 da procuradoria e me ajudar. E a gente vai, sim, avançar. Agora, como o  
356 senhor colocou, Dr. Mazutti, tem que ter vontade, né? Temos que  
357 dialogar, tem que ter vontade. E eu acho que o judiciário é um dos atores  
358 nessa cobrança, nesse nosso Legislativo, ao Executivo, apesar desse  
359 nome ser judiciário. Muito obrigado e um bom dia a todos. DES.  
360 PRESIDENTE: Tá bom. Muito obrigado. Então, eu já tomei tempos  
361 demais... quer falar Dra. Carol SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA  
362 JUNIOR: Dr. Antônio Carlos também pediu a palavra, Excelência. DES.  
363 PRESIDENTE: Quem? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dr.  
364 Antônio Carlos, e em seguida a Dra. Caroline, do Inbra. DES.  
365 PRESIDENTE: Dr. Antônio Carlos, pois não. Com a palavra. SR.  
366 ANTÔNIO CARLOS APOLINÁRIO DE SOUZA CARDOSO:  
367 Desembargador, só para... Vai ser compartilhado o texto do projeto,  
368 correto? E aí uma vez nós tendo esse texto, tendo sido entregue a todos  
369 os membros, gostaria de saber se é possível que nós possamos buscar  
370 também apoio local, poder público local ou iniciativas particulares de  
371 forma até a auxiliar no custeio das ações. Se isso já é algo que foi  
372 pensado no projeto, se é uma liberdade que nós temos, se podemos  
373 compartilhar com o poder público local o projeto, a fim de somar esforços  
374 e dividir até os custos que vão surgir dessa persecução. DES.  
375 PRESIDENTE: Respondendo à sua pergunta, isso ficará a cargo dos  
376 juízes agrários, tá? E isso aí, pode ficar certo, os juízes agrários irão ouvi-  
377 los e, se houver necessidade, não é política, entendeu? A política aqui é  
378 assentar a pessoa, esse é o termo, é assentar a pessoa para que... Às  
379 vezes nós queremos, "Ah, porque o prefeito tal vai querer dar o apoio, dar  
380 o apoio", entretanto, logo avisando que não tem cunho político-partidário  
381 nessa situação, tá? Isso tem que ficar bem claro. Isso ficou claro, também,  
382 vai ficar bem claro que eu vou ter uma reunião reservada com os juízes  
383 agrários, para que não paire dúvida alguma, tá, meu doutor? SR. ANDRÉ

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

384 LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Desembargador Mairton.  
385 DES. PRESIDENTE: Só um minutinho, Dr. André. SR. ANDRÉ LUIZ  
386 FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Sim, senhor. DES. PRESIDENTE:  
387 Pois não. A Dra. Caroline queria falar. É isso, Dra. Carol, lá do Incra? Pois  
388 não, doutora. SRA. CAROLINE BASTOS DO AMARANTE: Sim,  
389 desembargador. Só complementando a fala do Dr. Tiago, do Iterpa.  
390 Assim, essa... Que ele falou da situação do estado poder criar  
391 assentamentos. Eu lembrei, enquanto ele estava falando, que o Incra já  
392 teve, no passado, firmado uma parceria com as prefeituras, prefeituras  
393 aqui na região metropolitana de Belém, a prefeitura de Belém para criar  
394 uns assentamentos casulos. A prefeitura entrava com a área, a área do  
395 município, lógico, e a Incra entrava com a expertise, digamos assim, para  
396 fazer o cadastramento das famílias, fazer a seleção, e aí se criava o  
397 assentamento, que se chamava Projeto Casulo. A gente tem alguns...  
398 Esses projetos foram criados, em maioria, ali por Santa Bárbara, perto de  
399 Mosqueiro, naquela estrada lá em Santa Bárbara, tem alguns projetos  
400 casulos ainda lá. Hoje em dia, muitos desses projetos foram desvirtuados.  
401 Porque, assim, depois que o Incra atuou, ajudou na criação desses  
402 projetos, lógico, a fiscalização e todo o acompanhamento do  
403 prosseguimento desses projetos casulos fica a cargo do município, da  
404 prefeitura municipal, e alguns foram desvirtuados, lotes foram vendidos,  
405 onde eram lotes de assentamentos foram criadas igrejas, bares, até  
406 boatos. Aí tanto que um tempo atrás a prefeitura voltou a pedir a  
407 intervenção do Incra nesses assentamentos. Mas aí já é uma outra  
408 história. Aí eu pensei, nesse modelo, poderia utilizar um modelo análogo  
409 a esse Projeto Casulo para o Iterpa tentar firmar uma parceria com o Incra  
410 para quem sabe fazer essa criação de assentamentos estaduais nesses  
411 moldes que a prefeitura criava antigamente com o Incra aqui em Belém.  
412 Era só uma sugestão. DES. PRESIDENTE: Tá. A título de sugestão  
413 também, eu coloco para a senhora o seguinte, sabe por que o projeto  
414 Transamazônica não deu certo? Por causa disso, as pessoas iniciam e  
415 depois abandonam. Foi o caso. SRA. CAROLINE BASTOS DO

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

416 AMARANTE: É. DES. PRESIDENTE: O projeto da Transamazônica era  
417 maravilhoso. Entretanto, foi desvirtuando com o tempo, está aí no que  
418 deu, não é? Então, é um exemplo clássico. Se a pessoa que inicia não  
419 fica à frente, não tem jeito. Não vamos delegar poder. A mesma coisa está  
420 acontecendo na nossa comissão, não vamos longe. Desde quando eu  
421 assumi, eu preocupado com o Marajó, né? Aí me disseram: "Vamos criar  
422 uma comissão". Aí eu disse, na época: Quando você quer jogar o  
423 problema para frente, você cria uma comissão. Está aí, exemplo clássico,  
424 é esse aí. Também, até hoje, [ininteligível] de Fulano, de Sicrano, não  
425 vamos colocar culpado, mas está se corporificando o que eu falei na  
426 época. Aí a pessoa já não pode participar de reunião, não pode participar  
427 disso, não pode participar daquilo. Foi aprovado um cronograma aqui na  
428 comissão, né, nossa comissão aqui, não está sendo obedecido, porque  
429 umas pessoas têm isso, tem aquilo. Gente, não quiserem, não tem  
430 problema, sou democrático, saiam, que aí eu coloco quem for necessário.  
431 Não tem por que estar com desculpas esfarrapadas para não participar  
432 da comissão. Aí dizem que eu sou duro. Não, não sou duro. Eu sou uma  
433 pessoa que quer o resultado, e o meu resultado é para ontem, né? Mas não,  
434 acontece isso, doutora, acontece realmente isso. Vamos emparelhar isso  
435 aí. Aí nós temos parceiros também, entendeu? Eu estou aqui a pleno  
436 vapor, precisando de ideia. Essa aí é uma ideia. Agora, vamos tirar a  
437 prefeitura de lado. Vamos tirar a prefeitura de lado, porque, infelizmente,  
438 quando chega lá na prefeitura, principalmente de interior, é outra coisa, é  
439 outra coisa que eu digo porque eu estou na área penal também, né? Mas  
440 vamos aqui. Dr. André queria falar? Dr. André. SR. ANDRÉ LUIZ FILO-  
441 CREÃO GARCIA DA FONSECA: Sim, desembargador. DES.  
442 PRESIDENTE: Pois não. SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA  
443 FONSECA: Sim, desembargador, apenas para ratificar o que já foi dito  
444 pelos colegas que me antecederam com relação à relevância do projeto  
445 trazido por Vossa Excelência. De fato, penso que tudo aquilo que for feito  
446 como política de reforma agrária, como busca efetiva de garantir ao  
447 trabalhador rural que ele tenha condições de estar fixado à terra, com

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

448 recursos materiais, com recursos pessoais para que ele possa labutar ali  
449 é fundamental. Então, o senhor sabe [ininteligível] sempre a gente está  
450 aqui para contribuir e isso com o entusiasta das suas ideias, tá certo? Só  
451 para deixar bem clara a minha posição. DES. PRESIDENTE: Muito  
452 obrigado, doutor. Então, vamos passar agora, que eu já tomei muito  
453 tempo disso, para algumas situações aqui que eu tenho que dar... dizer  
454 aos senhores. Não é o Dr. André, porque o Dr. André vai prosseguir na  
455 reunião. **ITEM 4:** Mas digo, por exemplo, o projeto, o nº 4 da Pauta, que  
456 seria apresentação do sistema de controle de matrículas proposto pela  
457 Corregedoria Geral de Justiça por meio do Dr. Lúcio, né, ele vai ficar  
458 adiado porque ainda não está pronto. Estamos quase prontos, mas nós  
459 estamos com algumas inconsistências ainda, né, e depois eu [ininteligível]  
460 a situação. **ITEM 5:** A outra, é o número cinco, proposição encaminhada  
461 pelo professor, Dr. Girolamo, representante da Fetagri, via 'zap',  
462 sugerindo a criação de endereço eletrônico onde possa ser socializada a  
463 resposta dos cartórios de registro de imóveis sobre o registro das  
464 matrículas. Nós não podemos, no momento, fazer qualquer tipo de  
465 situação porque nós ainda não estamos com um projeto pronto, mas se o  
466 Dr. Girolamo... aqui já vem para o 11, né? "*Representação na atividade*"...  
467 Não, não é essa, é o número sete. "*Encaminhamento*"... Não, também  
468 não é esse. Mas sobre esse assunto aqui, ele está querendo, também do  
469 endereço eletrônico, nós temos o endereço eletrônico do CNJ para saber  
470 quantos cartórios existem aqui no Pará. O senhor lá poderá... é justiça  
471 para todos, viu, doutor? O senhor poderá ingressar lá no... colocar lá o  
472 estado do Pará e lá ele dá todas as informações necessárias. É o do CNJ.  
473 É CNJ... Coloca: justiça para todos e lá coloca estado do Pará e vai lá e  
474 encontra todos os cartórios, tá? Mas, no momento, nós não podemos  
475 entrar nessa discussão, tendo em vista... ainda não está pronto, né? **ITEM**  
476 **7:** O sétimo é um encaminhamento realizado pelo... SR. LAÉRCIO DOS  
477 SANTOS ROSA JUNIOR: Excelência. DES. PRESIDENTE: Sr. Ibraim  
478 Rocha, representante da PGE, via 'zap', sugerindo a necessidade de ser  
479 criada, no TJ-PA, uma turma especializada para discutir o recurso das

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

480 varas agrárias. Queria informar ao Dr. Ibraim... ele não está presente?  
481 SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Não, doutor, está a  
482 representante titular, Dra. Janyce. DES. PRESIDENTE: Então, eu queria  
483 informá-la que no momento é inviável. Então, inclusive, está sendo  
484 discutido até no TJ Pará, né, a desmobilização das varas agrárias, da qual  
485 eu sou totalmente contra, né? Inclusive, até coloquei o dedo [ininteligível]  
486 nessa situação. Por quê? Porque as varas agrárias vieram, e os senhores  
487 sabem, nós da comissão sabemos, que está tendo uma produtividade  
488 tremenda e [ininteligível] é justamente esse projeto que nós vamos lançar  
489 como um projeto piloto, né? Então, criar... Primeiro, que nós não temos  
490 estrutura de desembargadores para fazer esse tipo de criação, no  
491 momento. Estamos pensando também em criar mais vagas para  
492 desembargadores. Mas, no momento, a sugestão é válida. Está de  
493 parabéns o Dr. Ibraim, entretanto, no momento nós não temos condições  
494 para até sugerir à presidência do Tribunal essa criação. Mas teria uma  
495 excelente ideia, a ideia é maravilhosa. Mas, se tudo o que nós  
496 fizéssemos... por exemplo, a área penal, ela está superlotada, a área  
497 cível, nem se fala. Por exemplo, cada desembargador que eu converso  
498 tem 3 mil processos para ser decidido, só para os senhores terem uma  
499 ideia. A área penal, ela está com 1,5 mil processos, né? Por exemplo, eu  
500 entrei em contato com o juiz, agora, de Marabá, viu, doutor, o Dr.  
501 Alexandre Hiroshi para conversar com ele sobre situações que estão  
502 ocorrendo na vara dele. E lá, eu vim tomar conhecimento que ele tem  
503 cinco funcionários só, que são 12, na realidade, a lotação seria 12, mas  
504 só tem cinco. E conversei com a corregedora, que recentemente esteve  
505 lá, a corregedora me informou que os funcionários estão devidamente  
506 completamente estressados e muito deles estão com aquele mal de  
507 pânico devido à vara ser pesadíssima, que é de violência doméstica,  
508 competência de violência doméstica e também competência da  
509 violência... tribunal de júri, dos crimes dolosos contra a vida. Então,  
510 efetivamente... Nós estamos vendo isto aí para efetivamente darmos um  
511 apoio necessário ao magistrado para que Marabá... Marabá é complicado.

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

512 Nós temos que dar uma solução. Não sei se criarmos vai... também  
513 inviável criar mais uma vara porque já são 11 já lá em Marabá. Então,  
514 retornarmos ao passado, qual é... quando foi criada a Vara de Violência  
515 Doméstica nós tínhamos 300 processos. Hoje, hoje, nós estamos com 2,6  
516 mil processos. E a violência doméstica, ela vai de vento em popa. Então,  
517 a corregedora me disse: "Doutor, eles estão estressados, estão com  
518 pânico", por quê? Porque às vezes eles veem mulher destrozada na cara,  
519 é uma série de violências, violento mesmo. Então, é por isso que os  
520 funcionários estão péssimos, ruins devido a isso. Vamos acabar fazendo  
521 um trabalho psicológico em relação a isso para ver se nós conciliamos  
522 isso. Eu estou falando isso pela área penal, não tem nada a ver com a  
523 nossa comissão, mas estou colocando a par o que está ocorrendo, que a  
524 gente também tem que se engajar nessa situação para defender a  
525 instituição, né? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Sr.  
526 Presidente, Dr. Girolamo pediu a palavra. DES. PRESIDENTE: Quem  
527 queria falar? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dr. Girolamo.  
528 DES. PRESIDENTE: Pois não, Dr. Girolamo, com a palavra. SR.  
529 GIROLAMO TRECCANI: Eu gostaria só de entender, Excelência, o  
530 senhor está sugerindo a retirada dos pontos ou eventuais  
531 complementações? Pois se o senhor está pedindo a retirada, eu gostaria  
532 de contra-argumentar. Se o senhor, ao contrário, está sugerindo que se  
533 continue com a pauta e depois se volte a esses pontos, aí prefiro me  
534 manifestar no momento certo. DES. PRESIDENTE: Na pauta, no caso  
535 aqui da sugestão sua, que é do item... Eu só posso dar alguma sugestão  
536 depois que ele tiver pronto, aqui, o projeto, não está pronto. Então, na  
537 próxima, poderemos até reincluir na pauta, tá certo, porque já deve estar  
538 pronto. Porque as inconsistências são poucas, não muitas, não, tá? SR.  
539 GIROLAMO TRECCANI: Desculpe, Excelência, estamos falando de  
540 coisas diferentes. O senhor está se referindo a um ponto da pauta, eu  
541 estou me referindo ao outro. DES. PRESIDENTE: Qual é o outro? SR.  
542 GIROLAMO TRECCANI: Olhe só, o senhor fez referência que no site do  
543 CNJ tem umas informações relativas aos cartórios. DES. PRESIDENTE:

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

544 Certo. SR. GIROLAMO TRECCANI: De fato, existem. Acontece que lá  
545 apresenta 107 cartórios que teriam responsabilidades relativas a registro  
546 de imóveis. Destes, 34 estão vagos, um está sob intervenção. E aqui  
547 gostaria de fazer ponte com outro ponto da pauta porque qual é a  
548 situação? Olhem só, no que diz respeito ao ponto oito, onde vai se discutir  
549 a questão das informações trazidas no que diz respeito à inserção dentro  
550 do sistema, sei que isso não será objeto da pauta, mas isso é importante  
551 para poder contextualizar o que estou dizendo. Nós recebemos 24  
552 respostas, mas são 24 em um universo de quanto, se eu não sei quantos  
553 cartórios, neste momento, estão de fato com pessoas trabalhando?  
554 Porque se tem-- DES. PRESIDENTE: Mas essa informação, eu vou tornar  
555 a repetir, essas informações eu só posso lhe dar... SR. GIROLAMO  
556 TRECCANI: A segunda situação-- DES. PRESIDENTE: Após estar pronto  
557 o nosso... SR. GIROLAMO TRECCANI: Me permita, Excelência-- DES.  
558 PRESIDENTE: Se o senhor vai ser ou não... Um minutinho. Se vai ter ou  
559 não, não só o senhor como também os outros lá vão ter ou não acesso,  
560 isso é outra coisa. Porque quando fica pronto a corregedoria, ela é  
561 obrigada a baixar um ato se dar ou não disponibilidade a quem quer que  
562 seja, certo? Mas isso eu só posso lhe falar após ficar pronto o projeto, que  
563 não está pronto ainda, devido, como lhe falei, a algumas inconsistências,  
564 tá? Depois que ficar pronto, aí não tem problema, trarei para cá  
565 novamente e nós discutiremos, tá? Inclusive, com a própria resolução, ou  
566 portaria ou provimento feito pela própria corregedoria, entendeu, Prof.  
567 Girolamo? SR. GIROLAMO TRECCANI: Eu entendi, mas me permita  
568 discordar. DES. PRESIDENTE: Não, o senhor pode discordar, mas,  
569 infelizmente, eu não posso pegar e colocar uma faca no pescoço da  
570 corregedora, tá certo? SR. GIROLAMO TRECCANI: A minha dificuldade--  
571 - DES. PRESIDENTE: A corregedora está com todo o apoio necessário,  
572 ela está fazendo o trabalho. Infelizmente, a informática ainda devido a  
573 essas inconsistências... Por exemplo, o senhor acabou de dizer, tem um  
574 cartório em intervenção, tem que ver como está a situação dele hoje. E  
575 para isso a informática tem que ser informada via corregedoria, tá certo?

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

576 Então... Mas não ficou pronto ainda. Então, eu não posso chegar com o  
577 senhor e lhe dar alguma coisa. E não esqueça que nós temos proibição  
578 legal em relação a essa situação. Eu já lhe informei que isso aí é  
579 inconstitucional, essa situação de colocar compartilhamento de dados,  
580 especificamente. Não sei como está essa situação em relação à  
581 presidência do Tribunal, que ainda não foi decidido, que é o SIG-  
582 Fundiário. Isso aqui é uma maneira de fazer a mesma coisa. Então, isto  
583 aí é com a corregedora, a corregedora vai dar essa posição para a  
584 comissão, só que ainda não ficou pronto. Eu não posso adiantar  
585 absolutamente nada no momento. Me entendeu, Dr. Girolamo? Bom,  
586 então, vamos ao sétimo? Ah, já falei, doutores. **ITEM 11:** O número 11  
587 aqui seria a apresentação das atividades realizadas pelo grupo de  
588 trabalho para o Marajó. Eu, conversando ontem com o Dr. Coronel em  
589 relação a essa situação, ele não tem condições, não é isso, doutor, de  
590 apresentar agora o trabalho, né? Tem condições de apresentar o relatório.  
591 SR. MÁRIO SOLANO: Sim. Desembargador, eu até formalizei ontem um  
592 documento para o senhor para facilitar, trata-se do pedido de prorrogação  
593 de prazo e ajuste no cronograma que foi encaminhado ao senhor. E nesse  
594 documento tem aí os períodos que nós estamos solicitando para  
595 mudança, tendo em vista a solicitação da grande maioria dos membros  
596 do GT da necessidade de ouvir outras pessoas, outros colaboradores,  
597 professores, técnicos da área sobre o assunto em que questão, que é a  
598 dominialidade de terras do Marajó para realmente dirimir algumas dúvidas  
599 que ainda estão pendentes de solução e adequação. Portanto, essa é a  
600 intenção do documento que foi encaminhado para o senhor. Referente à  
601 última novidade da última reunião que nós tratamos, foi apresentado um  
602 roteiro do relatório, né? Esse roteiro de relatório foi discutido, foi debatido  
603 com os membros e, obviamente, durante do processo de elaboração do  
604 relatório será também avaliada a necessidade de excluir ou retirar  
605 qualquer item que foi apresentado no roteiro apresentado na reunião  
606 pretérita. Eram essas as considerações, obrigado. DES. PRESIDENTE:  
607 Tá. Então, deixa eu lhe informar, eu particularmente... Eu, eu, né? Eu iria

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

608 indeferir esse pedido seu, porque já faz tanto tempo, mas tanto tempo.  
609 Mas pelas explicações que o senhor me colocou devido ao grupo, um está  
610 com isso, está com aquilo. Mas acredito que os senhores deverão se  
611 reunir para darmos uma solução já. Já está passando muito tempo nessa  
612 situação. Realmente, não foi efetuado, não foi efetivado o cronograma,  
613 não sei por quê, o senhor me falou que algumas pessoas dão disputa que  
614 está ocupado isso, está ocupado naquilo. Vamos ver se dá condições de  
615 fazermos essas situações com todos, cada um se conjugando para  
616 efetivamente se colocar. Não tem problema mais um dia, menos um dia,  
617 uma semana, mais um ano para a comissão trabalhar... foi decisão da  
618 nossa comissão aqui. Eu era contrário, como sou, de criar qualquer tipo  
619 de comissão, porque é isso, joga lá, joga para lá, e não se resolve  
620 absolutamente nada. Então, o senhor como agora está no comando, na  
621 coordenação da comissão, do GT, por favor, o senhor tem toda  
622 autoridade, imposta pela própria comissão, que o escolheu, para terminar  
623 com esse assunto. Vamos... Se a comissão não está se reunindo, reúna  
624 quem o senhor achar que deva, eu vejo assim, tá, e apresente o relatório.  
625 Porque senão vai ficar *ad aeternum, ad aeternum*, aí é complicado.  
626 Confesso ao senhor isso, até me aborrece porque a gente quer as coisas  
627 para ontem. Todos nós somos cobrados, do judiciário, para ontem. E se  
628 nós não dermos uma resposta logo, logo, definitiva, aí a coisa fica ruim  
629 para nós. Então, nós temos que dar uma solução. Queiramos ou não  
630 queiramos a comissão de conflito, esta comissão em que nós estamos,  
631 ela tem que dar uma resposta porque foi preposição junto dos membros.  
632 Tem que dar uma resposta a esta situação em relação ao Marajó. Se o  
633 senhor está encontrando dificuldades, acredito que o senhor deva ser  
634 mais incisivo de se encerrar e apresentar o relatório como está. Se vai  
635 ficar incompleto ou não vai, a culpa não vai ser do senhor, a culpa vai ser  
636 dos demais componentes da comissão que efetivamente não estão  
637 querendo absolutamente nada. Essa é que é a grande verdade. A não ser  
638 que o senhor tenha alguma coisa em contrário, ou alguns dos  
639 componentes nossos aqui tenha alguma coisa em contrário. Tem? Me

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

640 digam. SR. MÁRIO SOLANO: Desembargador, fazer só uma observação,  
641 a comissão, no caso do grupo de trabalho, ele tem se reunido e tem  
642 participado, não há problema nenhum quanto a isso. O que acontece é  
643 questão de agendas das pessoas que são convidadas, né? São pessoas,  
644 algumas com notório saber sobre o assunto, outros são pessoas  
645 obviamente técnicas que também têm conhecimento [ininteligível]  
646 complementar entre assuntos, mas é necessário que nós tivéssemos a  
647 apresentação ou pelo menos o encaminhamento de um geógrafo, isso foi  
648 deliberado por todos os membros do GT. E nós estamos tentando  
649 justamente fazer com que tenhamos essa área técnica para dar algum  
650 apoio e uma resposta a alguns óbices que nós encontramos nos  
651 relatórios. Então, realmente, há a necessidade, essas necessidades  
652 pontuais de ajuste de agenda, mas o GT, ele tem sido... tem deliberado,  
653 tem reunido e tem, obviamente, dado encaminhamento. É só esse ponto  
654 que nós precisamos alinhar. Muito obrigado. DES. PRESIDENTE: Então,  
655 o senhor, como coordenador, certo, deve, logicamente, alinhar isso para  
656 ser o mais breve possível. Mais breve possível. Alinhe isso para nós não  
657 demorarmos mais do que nós já estamos demorando. Eu lhe peço isso,  
658 tá? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Sr. Presidente, a Dra.  
659 Janyce, da procuradoria do estado. DES. PRESIDENTE: Pois não, Dra.  
660 Janyce. SRA. JANYCE MARIA DE ALMEIDA VARELLA NEIVA:  
661 Desembargador, na última sessão que nós tivemos, na última reunião, a  
662 procuradoria ficou responsável em verificar qual seria o último parecer em  
663 relação às ilhas, que a procuradoria tinha dado, ou seja, qual era a última  
664 posição institucional acerca do tema e verificar a possibilidade de o colega  
665 apresentar, né? Então, eu pedi ontem ao Dr. João, que é o subscritor do  
666 último parecer, que, inclusive, faz um relato trazendo os outros anteriores,  
667 eles está aqui, ele pode apresentar, se o senhor achar assim conveniente  
668 e apresentar a posição do estado, né, em relação à ilha do Marajó. Eu  
669 não sei se... Ele também falaria ontem, só, ontem, infelizmente, a reunião  
670 do GT foi cancelada. Então, a gente achou por bem trazê-lo aqui para que  
671 os outros membros também tivessem o conhecimento da posição do

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

672 estado. DES. PRESIDENTE: Eu preferia que fosse discutido primeiro lá  
673 no grupo de trabalho, né, eu. E depois o grupo de trabalho fizesse o  
674 relatório e nós aqui decidiríamos alguma coisa, quais os  
675 encaminhamentos que vamos dar. Porque não esqueçam, foi retirado,  
676 mas existe um deputado federal lá do Tocantins que sugeriu a criação do  
677 estado do Marajó, federalizando. Então, é muito fácil um camarada vir lá  
678 no raio que o parta para chegar aqui e tentar fazer alguma coisa. Então,  
679 esse estudo irá servir também para a União, né? Também, o quanto é  
680 necessário nós fazermos isso. Então, seria bom, viu, Dr. Solano, nós  
681 encerrarmos com esse assunto dando uma condição necessária para os  
682 encaminhamentos que forem necessários em relação a esse estudo. E  
683 sei que está sendo muito bem conduzido, mas está demorando. Está  
684 demorando, né? Então muito obrigado e eu queria chamar o doutor.... Dr.  
685 André. Por favor, Dr. André, daria para o senhor continuar com a reunião?  
686 SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Continuo,  
687 desembargador, só quero-- DES. PRESIDENTE: Porque o senhor está  
688 com a pauta interna aí, não está? SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO  
689 GARCIA DA FONSECA: Senhor? DES. PRESIDENTE: Mandei te passar  
690 a pauta interna. SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:  
691 Estou com ela aqui, desembargador. Eu só gostaria... DES.  
692 PRESIDENTE: Aí o senhor seguiria aí? SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO  
693 GARCIA DA FONSECA: De alinhar com o senhor. DES. PRESIDENTE:  
694 Qualquer coisa... É porque eu tenho um compromisso agora, institucional  
695 também, tá? SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:  
696 Tudo bem. Eu só-- DES. PRESIDENTE: Eu tenho que [ininteligível].  
697 Então, o senhor continua aí? Muito obrigado, tá? SR. ANDRÉ LUIZ FILO-  
698 CREÃO GARCIA DA FONSECA: Continuo... Antes de o senhor sair,  
699 desembargador, Mairton DES. PRESIDENTE: Muito obrigado, gente. E  
700 eu continuo dizendo que eu estou à disposição, tá? Pois não, Dr. André.  
701 SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:  
702 Desembargador, só antes de o senhor sair, só para que nós alinhemos e  
703 não haja nenhum equívoco, o item 1, o senhor já aprovou a pauta, né? A

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

704 Ata da reunião anterior, não é isso? DES. PRESIDENTE: Sim, sim, sim.  
705 SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: O item 1 da  
706 Pauta já está vencido. DES. PRESIDENTE: Já. SR. ANDRÉ LUIZ FILO-  
707 CREÃO GARCIA DA FONSECA: O item 2 também, o senhor já  
708 apresentou o projeto de casamento comunitário. O item 3 ainda não  
709 temos, né? O coronel Solano ainda vai falar, não é isso? DES.  
710 PRESIDENTE: É. SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA  
711 FONSECA: O item 4 está adiado, né? Já por conta das razões que o  
712 senhor já apresentou. O item 5 o senhor também já se manifestou com  
713 relação ao adiamento, não é isso? DES. PRESIDENTE: Uhum. SR.  
714 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Aí falta analisarmos  
715 o item 6. O item 7 o senhor já analisou também. O item 8 o senhor ainda  
716 não analisou, nós vamos analisar. DES. PRESIDENTE: Peça para a  
717 secretária fazer o encaminhamento de um ofício ao Dr. Ibraim, tá,  
718 informando o item 7. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Pois  
719 não, Excelência. DES. PRESIDENTE: Da impossibilidade de, no  
720 momento, o TJE não poder atender. Que é uma reivindicação muito boa,  
721 tá? Mas, no momento, ele não pode atender, tá? SR. LAÉRCIO DOS  
722 SANTOS ROSA JUNIOR: Pois não, Excelência. SR. ANDRÉ LUIZ FILO-  
723 CREÃO GARCIA DA FONSECA: Tá certo, desembargador. **ITEM 8:** DES.  
724 PRESIDENTE: Item 8. SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA  
725 FONSECA: O item 8 ainda vamos analisar, não é isso? DES.  
726 PRESIDENTE: É, mas isso aí também vai depender do sistema que está  
727 sendo implantado, tá? SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA  
728 FONSECA: Então, adiado, né, desembargador? Então, adiado. DES.  
729 PRESIDENTE: Exato. SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA  
730 FONSECA: O item 9 nós iremos analisar, o item 10 também. E o item 11  
731 Vossa Excelência já analisou aqui também sobre a questão do GT Marajó,  
732 perfeito? Só para não haver nenhum desencontro. DES. PRESIDENTE:  
733 Isso. Tá. SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Sim,  
734 senhor, desembargador, pode deixar. DES. PRESIDENTE: Muito  
735 obrigado, muito obrigado a todos. E estou à disposição de todos, tá? SR.

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

736 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Sim, senhor,  
737 desembargador. DES. PRESIDENTE: Bom dia. [troca de presidência]  
738 **ITEM 3:** SR. PRESIDENTE: Muito obrigado desembargador Mairton.  
739 Então, dando continuidade à nossa reunião, nós vamos ao item 3 da  
740 Pauta, que diz respeito à discussão proposta pela Faepa acerca das  
741 ocupações reincidentes em imóveis rurais do estado do Pará a partir do  
742 descumprimento de decisões judiciais. Então, o proponente é a Faepa.  
743 Eu concedo a palavra os dignos representantes da Faepa na nossa  
744 comissão. Por favor, coronel Solano, Dra. Eliana. SR. MÁRIO SOLANO:  
745 Obrigado, Dr. André, satisfação em revê-lo com saúde. Senhores e  
746 senhoras membros da comissão, eu peço a atenção para esse tema, o  
747 foco principal do que vai ser discorrido é a questão de reincidência das  
748 invasões de propriedades no estado do Pará. A federação tem recebido  
749 muitas informações sobre esse aspecto. E eu gostaria aqui de trazer  
750 algumas que são emblemáticas, deixando claro que em momento algum  
751 o que aqui vai ser discorrido tem relação com decisão dos juízes das varas  
752 agrárias, ok? Nós só temos que elogiar, porque todas essas propriedades,  
753 a grande maioria já tem decisão encaminhada. Eu me refiro,  
754 primeiramente, ao caso da Fazenda Landi, fica no município de São João  
755 do Araguaia, onde proprietários são José Miranda Agro Industrial Ltda. e  
756 Fernandes Miranda Ltda. O problema dessa propriedade já a sétima vez  
757 a determinação de reintegração de posse. São 18 anos que o proprietário  
758 está precisando produzir. Essa propriedade já foi saqueada. Essa  
759 propriedade tem um prejuízo considerável para o produtor, e  
760 independente das custas que esse produtor e seus familiares tiveram  
761 durante todos esses processos. Portanto, é interessante que nós  
762 tenhamos essa atenção porque realmente fica muito complicado para o  
763 produtor rural porque ele precisa produzir para pagar suas dívidas. O que  
764 está acontecendo é que esses produtores rurais estão ficando, mesmo  
765 quando recebem de volta a propriedade, estão ficando com uma dívida.  
766 O caso da Fazenda Landi, por exemplo, são 18 anos sem produção.  
767 Então, toda vez que é feita a reintegração, a Polícia Militar sai do local,

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

768 quem cumpre com a força policial, não demora muitos dias os mesmos  
769 retornam. Então, vejam só o abuso e o desrespeito não é apenas a quem  
770 cumpre a determinação mas ao Poder Judiciário que determina, através  
771 dos seus representantes, o cumprimento da lei. Mas o problema não é só  
772 isso, não é só a questão da invasão da propriedade. Eu insisto em não  
773 chamar ocupação. O problema são os crimes que são cometidos durante  
774 essas invasões. Quando eles saem, e eles voltam, eles voltam mais fortes  
775 e mais violentos. Portanto, os mais diversos crimes, graves, inclusive. Eu  
776 estou me referindo aí não é só a crime ambiental, eu estou me referindo  
777 a ameaças de morte. Eu estou me referindo aí à cárcere privado. Eu estou  
778 me referindo aí, por exemplo, a, inclusive, lesões corporais, tá certo? E  
779 caso especificamente que o proprietário não pode nem se aproximar do  
780 que foi um dia a propriedade desse cidadão. E mais ainda, essas  
781 propriedades, por terem sido julgadas e analisadas diversas vezes, nós  
782 temos um caso de propriedade, os Srs. Juízes das varas agrárias sabem  
783 muito mais do que eu, tem casos aqui emblemáticos de mais de dez  
784 mandados de cumprimento de reintegração de posse. E a gente não vê  
785 solução, com todo respeito ao Ministério Público, seja federal ou estadual,  
786 no que se refere também à denúncia e à paridade de armas a essas  
787 pessoas que muitas vezes estão identificadas nos autos referente à  
788 responsabilização criminal. Portanto, a primeira é a Fazenda Landi, né?  
789 Já está delimitada para cumprimento da reintegração de posse. Então, eu  
790 peço atenção para isso. Porque outra coisa que é preciso levantar, eu já  
791 pedi, viu, Dr. Mazutti, Dr. Haroldo, Dr. André, nós já solicitamos, já  
792 reiteramos documento às instituições que são as forças policiais que  
793 cumprem, para nos informar, até para trazer aqui à comissão o gasto do  
794 estado do Pará, dinheiro público que é gasto com essas reintegrações de  
795 posse. Eu já participei de reintegração de posse no sudeste do estado do  
796 Pará. De gastos, são sempre acima de R\$ 100 mil, e isso quando é  
797 apenas uma, quando é um grupo é muito mais. Portanto, se eu repito uma  
798 reintegração de R\$ 100 mil sete vezes, já passa para R\$ 700 mil, né? Isso  
799 é dinheiro público que está sendo, reiteradas vezes, gasto que podiam

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

800 estar sendo empregados para reforma agrária, para atendimento das  
801 pessoas que realmente não cometem crime, crimes, mas pessoas que  
802 realmente querem produzir e querem trabalhar. Nós temos que separar  
803 aqueles que realmente estão também de boa-fé daqueles que são  
804 criminosos. Dr. André, eu venho reiteradamente na comissão de grilagem  
805 denunciando que... quantas vezes o poder público, as instituições  
806 públicas adentram nesses assentamentos em propriedades privadas que  
807 estão de forma ilegal e vão lá fazer fiscalização, como se faz, por exemplo,  
808 quando se faz fiscalização em uma propriedade do produtor rural, seja  
809 100 hectares, seja 200, ou 2 mil hectares. Tem que haver paridade de  
810 armas, tem que ver equidade nas ações. Então, o que a Faepa vem  
811 insistentemente pedindo e solicitando é exatamente a equidade das  
812 ações das instituições públicas. Então, veja bem, nós temos, Dr. André,  
813 uma recomendação do Ministério Público estadual, de 2014, a Secretaria  
814 de Segurança Pública do estado e, obviamente, as instituições para que  
815 não seja cumprido por força policial, quando for solicitado por um produtor  
816 rural em caso de esbulho possessório, porque há o entendimento de que  
817 o cumprimento tem que, por ser privado, ser com desforço daquele que  
818 está lá sendo esbulhado. A pergunta que se faz é: na área rural, existe  
819 policiamento ostensivo? Na área rural, nós temos o 190, a central de  
820 operações? Nós temos delegacia na área rural, como se tem em uma  
821 cidade? Será que é justo, também, um cidadão que está em Belém, com  
822 todas as informações, com todas as estruturas institucionais, se dizer o  
823 seguinte: quando você precisar de alguém que está invadindo a sua  
824 propriedade, seu apartamento, sua casa, não ligue para o 190, resolva  
825 com os seus meios, dentro da equidade, com todos os cuidados  
826 necessários daquele que está vindo armado para dentro da sua  
827 residência ou sua casa. Na área rural, ele não tem muitas vezes telefone  
828 para ligar para ninguém. Como ele vai enfrentar 10, 20, 30 pessoas que  
829 chegam de forma armada? Óbvio que quando a área de segurança chega  
830 no local, essas armas de fogo não aparecem, vão aparecer enxadas. O  
831 que a gente está pedindo é investigação séria, profunda com esses

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

832 pseudomovimentos sociais. E que nós sabemos muito bem qual é a  
833 finalidade desses movimentos. E muitas vezes sabemos, inclusive, quem  
834 comanda esses movimentos. E a pergunta que se faz é a seguinte: se  
835 nós sabemos, o que está acontecendo com a causa desses problemas?  
836 Eu louvo a ação de a gente trabalhar na ação preventiva, de realmente  
837 materializar a reforma agrária. Uma reforma agrária para quem precisa,  
838 para quem tem, para quem tem boa-fé, para quem realmente tem vida  
839 ilibada, mas não para quem simplesmente comete crime e se esconde  
840 dentro desses movimentos. Quantas vezes foi feita uma checagem, uma  
841 investigação sobre a ficha de quem está lá? Por que não se identificam?  
842 Por que, quando chega nos autos, não tenho uma identidade, não tem o  
843 CPF? Nunca tem informação. Nos autos tenho dez pessoas que são  
844 identificadas, mas aparecem lá 50, cem pessoas, 300, e às vezes 500  
845 pessoas em um pseudoassentamento. Portanto, nós precisamos, o que a  
846 federação vem insistindo, o que a federação vem pontuando, com todo o  
847 respeito às instituições e às autoridades, que nós possamos separar o  
848 que é realmente pessoas que merecem atenção, merecem justamente  
849 um encaminhamento e têm direito constitucional, das pessoas que  
850 cometem crimes, gente. Porque a partir do momento que a gente não  
851 separa isso, nós estamos, de uma certa forma, pactuando com a  
852 impunidade. O que eu vejo muito no campo, o que há a necessidade de  
853 nós corrigirmos e ajustarmos, logicamente, o nosso direcionamento é a  
854 impunidade. Pergunto eu: quantos foram presos durante todas essas  
855 décadas? Quantos foram presos por cometer esses crimes? Então, isso,  
856 a gente precisa dar uma atenção maior. Fazenda Mutamba, área do Dr.  
857 Mazutti. Dr. Mazutti, o senhor pode confirmar, dois meses atrás, o  
858 proprietário da fazenda-- SR. PRESIDENTE: Coronel Solano? SR.  
859 MÁRIO SOLANO: Pois não. SR. PRESIDENTE: Vou pedir para o senhor  
860 ser mais direto, objetivo e identificar quais são, de fato, as demandas das  
861 áreas, porque aí a gente tem condição de deliberar mais um pouco.  
862 Porque já ficou bem claro, assim, o entendimento da Faepa. SR. MÁRIO  
863 SOLANO: Ok. SR. PRESIDENTE: Mas está tomando uma proporção que

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

864 está se alongando demasiadamente, tá certo? SR. MÁRIO SOLANO: Ok.  
865 Vou ser objetivo. Fazenda Mutamba, dois meses atrás mais uma vez  
866 sofreu saque. E mais uma vez queimaram pasto. O proprietário teve que  
867 buscar alugar pasto para poder arranjar alimento para mais de mil  
868 animais. Milhares, aliás, de animais, não... mas milhares de animais.  
869 Então isso é um dano que é irreparável em termo de custo para o  
870 produtor. E isso não é a primeira vez, todos nós já sabemos dessa  
871 história. Nós temos a propriedade, Fazenda Maria Amélia em Anapu.  
872 Esse caso aqui todos os crimes, também, estão acontecendo. Agora tem  
873 um caso interessante aqui em Anapu, quem invadiu ficou com uma parte  
874 dos bovinos já há algum tempo. E esses bovinos precisam ser vacinados,  
875 já foi informado, inclusive, [ininteligível] Pará, já foi informado à polícia. E  
876 nós temos um detalhe aí, Dr. André, ano que vem, se Deus assim quiser,  
877 o estado do Pará deverá receber mais um certificado, dessa vez eu estou  
878 falando de certificado internacional, logicamente, em cumprimento das  
879 normas sanitárias animais, passando para livre de febre aftosa sem  
880 vacinação, que significa primeiro mundo. Casos como esse que está  
881 acontecendo na Fazenda Maria Amélia, continuar a ocorrer, nós corremos  
882 riscos aqui de perdemos e voltarmos a ser isolados do resto país e do  
883 mundo, tá? Então uma situação aí, inclusive, econômica. Nós temos seis  
884 propriedades em Paragominas e a pequena Ipixuna, [ininteligível], Santa  
885 Helena, Bastião(F), etc. O proprietário Carlos Eduardo Ribeiro Vale está  
886 sofrendo há algum tempo, não é pouco tempo, crimes ambientais  
887 relevantes. Já informou, já comunicou. Para o senhor ter uma ideia, Dr.  
888 André, pegou uma multa acima de R\$ 1 milhão da Secretaria de Meio  
889 Ambiente. Aí o produtor tem que se justificar que não foi ele que cometeu.  
890 Sítio Renascer, esse é emblemático, eu avisei ano passado quando  
891 começou aquela questão de não poder cumprir reintegração de posse  
892 durante a questão da pandemia, a preocupação dos produtores na  
893 questão de incentivo à invasão. Mais uma invasão ocorreu agora na  
894 semana passada no município que não ocorria, chamado Brasil Novo, tá?  
895 O proprietário [ininteligível] Freire Farias. E, obviamente, ele fez o que

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

896 tinha que fazer, mas não teve a atenção devida. Portanto, eu não vou te  
897 aprofundar, devido ao tempo, Dr. André, e senhoras e senhores, para não  
898 cansar. O que, em resumo, a federação insiste e vem pedindo é equidade  
899 nas ações das instituições. Os produtores rurais precisam ter paz para  
900 produzir, ainda mais em um momento de pandemia e dificuldade  
901 econômica que o país está passando. Muito obrigado pela atenção. Fico  
902 à disposição. SR. PRESIDENTE: Agradeço, coronel. Só para... acho que  
903 para a gente poder dar algum encaminhamento, né? Acho que o  
904 fundamental é que a Faepa apresente, de fato, para a comissão as  
905 situações concretas, entendeu? E que a partir dessas situações  
906 concretas, nós possamos, na medida das nossas atribuições, adotar as  
907 providências. Questões relacionadas à independência funcional de  
908 promotores de Justiça ou a posicionamento que o Ministério Público  
909 venha a ver, penso eu que não é atribuição da nossa comissão deliberar  
910 nesse ponto, tá certo? E qualquer situação que porventura a Faepa  
911 entenda que esteja, por algum acaso, havendo algum equívoco, os  
912 senhores são competentes, são atenciosos para adotar as providências  
913 que entendam adequadas. Então, a minha proposta de deliberação nesse  
914 ponto é aguardar, conceder um prazo aí de dez dias para que a Faepa  
915 apresente concretamente as ocupações que ela indique que estejam  
916 ocorrendo de forma reiterada para que a ouvidoria e a comissão avaliem  
917 cada caso concreto e adote as providências necessárias, tá certo,  
918 coronel? SR. MÁRIO SOLANO: Eu agradeço sua atenção. Vou  
919 encaminhar, inclusive, com fotos, materializando tudo o que foi dito aqui.  
920 E o objetivo é exatamente que a gente tenha atenção com a decisão dos  
921 juízes. SR. PRESIDENTE: Perfeito. SR. MÁRIO SOLANO: Eles estão  
922 fazendo o seu papel. A grande questão é: a reintegração é feita,  
923 executada, o estado gasta. Por que retorna? E por que são os mesmos?  
924 Qual é a providência que está sendo tomada pelas demais instituições?  
925 São essas as considerações. Nós vamos formalizar. Muito obrigado pela  
926 atenção. SR. PRESIDENTE: Obrigado, coronel. Obrigado, coronel  
927 Solano. Alguém deseja ainda fazer uso da palavra nesse item? Não.

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

928 havendo... SR. BEN HUR DANIEL CUNHA: Eu gostaria. SR.  
929 PRESIDENTE: Opa, pois não. Pois não. SR. BEN HUR DANIEL CUNHA:  
930 Bem, só porque como representante da Defensoria Pública da União, um  
931 dos pontos que foi levantado é a questão a respeito da existência de  
932 nomes das partes no processo judicial. A gente observa que nas tutelas  
933 coletivas há uma tendência a usar os métodos de citação de tutelas  
934 individuais. E a Defensoria entende e gostaria de compartilhar com os  
935 presentes que para encaminhar a tutela coletiva, talvez, seja interessante  
936 envolver a assistente social do município que tem condições,  
937 eventualmente, de apurar, de levantar, de conseguir levantar o nome das  
938 pessoas que estão na área, a condição econômica delas, a condição  
939 social delas. E isso é interessante não só para eventualmente a  
940 consolidação da... efetivas citações do nome das pessoas [ininteligível]  
941 mas também para que seja possível [interrupção no áudio] a causa  
942 entender a dimensão social do conflito. É só isso. Muito obrigado. SR.  
943 PRESIDENTE: Obrigado, doutor. Nesse particular, eu, pelo que eu  
944 entendi, o senhor invocou a possibilidade de se fazer o uso da assistência  
945 social dos municípios, não é isso? Onde ocorrem os conflitos. Assim,  
946 doutor, de fato, em algumas situações os juízes até procuram se valer  
947 disso, mas já há posicionamento de alguns municípios, e eu como juiz  
948 agrário, inclusive, recentemente recebi, informando a impossibilidade de  
949 alguns, tá certo, não são todos, de realizar isso por uma questão de não  
950 estarem eles vinculados ao Poder Judiciário. O senhor está  
951 compreendendo? Então, de fato, quando é possível, até se tenta utilizar  
952 dessa possibilidade, todavia nem sempre é possível. E também a própria  
953 natureza dos conflitos agrárias ela dificulta. No mundo ideal seria muito  
954 interessante a gente conseguir identificar, de fato, cada um dos  
955 ocupantes, mas quando se analisa a situação fática, nem sempre é  
956 possível. E vou mais além, é praticamente impossível fazer isso. E tão  
957 difícil é que o próprio legislador quando ele disciplinou o rito dos  
958 processos multitudinários, ele mesmo autorizou a previsão de citação por  
959 edital para que as pessoas não identificadas sejam alcançadas pelos

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

960 efeitos da decisão. Então, a própria legislação já teve a sabedoria de  
961 saber que em um conflito desse é praticamente impossível identificar  
962 todos os ocupantes. Claro, no mundo ideal, seria maravilhoso, mas no  
963 mundo fatos, de fato, é bem complicado quando a gente vai para a ponta  
964 mesmo do problema para resolver o litígio, não é tão fácil como se almeja.  
965 Mas é claro, sendo possível fazer essa identificação ou o mais próximo  
966 possível dela, aí sim eu concordo plenamente com o senhor, o mais  
967 próximo, aí sim, tá certo? Obrigado, Dr. Ben Hur. Dr. Girolamo, eu vi que  
968 o senhor levantou a mão, o senhor deseja falar? Não? Então, perfeito.  
969 Não havendo mais-- SR. JOÃO DE JESUS SOUSA: Fetagri. Fetagri, por  
970 favor. João. SR. PRESIDENTE: Pois não, Dr. João. Pois não, Sr. João,  
971 pode ficar à vontade. SR. JOÃO DE JESUS SOUSA: Aí falar... Dizer que  
972 nós, também, da Fetagri... aí é importante que se diga, que tem, inclusive,  
973 outros movimentos. E nós da Fetagri temos muita discussão sobre o tema  
974 e, principalmente, sobre essa questão da regularização. E aí, muitos dos  
975 questionamentos que o Dr. Solano traz estão envolvidos dentro dessa  
976 regularização que a gente estava discutindo, [interrupção no áudio]  
977 continuar produzindo, mas também ainda bem que ele disse que tem os  
978 pequenos de boa-fé. E nós acredito nesse que está lá na terra e  
979 [interrupção no áudio] a gente tem. E tem rescisão de dois lados, nós  
980 temos ambos. Então, é muito importante. E eu acho que a gente precisa,  
981 sim, discutir com o estado, discutir [interrupção no áudio] de posse, né?  
982 Porque eu acho que é possível que ela seja resolvida. Agora, aí tem todo  
983 um papel que é preciso, e aí analisar casos e casos, porque existem  
984 também muitos casos de boa-fé. É isso. SR. PRESIDENTE: Obrigado, Sr.  
985 João. Coronel Solano, o senhor pediu a palavra? SR. MÁRIO SOLANO:  
986 Dr. André, apenas para a questão: para que se faça a regularização  
987 fundiária, obviamente terão que ser identificados. No projeto pode,  
988 inclusive, verificar a proposta do projeto do desembargador, a questão da  
989 identificação é fundamental. Sem identificação, não tem como  
990 responsabilizar criminalmente ou mesmo beneficiar quem quer que seja  
991 com um lote de terra ou receber recursos financeiros do estado. Portanto,

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

992 é básica a necessidade de identificação. Se a Defensoria Pública,  
993 inicialmente, em um prometo do desembargador, como foi dito pela  
994 defensora, Dra. Andreia, que poderia fazer esse trabalho de identificação,  
995 seria interessante fazer junto com a Fetagri, aquilo que for necessário e  
996 que a Faepa possa ajudar para que realmente essas pessoas tenham a  
997 documentação e sejam identificadas. Ficar nessa obscuridade da  
998 identificação, realmente, fica complicado e vai continuar a impunidade.  
999 Obrigado aí ao Sr. João aí observações. Aqui na federação nós-- SR.  
1000 JOÃO DE JESUS SOUSA: Só mais coisa-- SR. MÁRIO SOLANO:  
1001 Pequeno, médio ou grande produtor. É produtor, independente de ser  
1002 familiar é produtor. E respeitamos todos, inclusive, mais de mil cursos que  
1003 o Senar faz durante o ano é para os pequenos produtores. Muito obrigado.  
1004 SR. PRESIDENTE: Pois não, senhor João. SR. JOÃO DE JESUS  
1005 SOUSA: É só para identificar. O Dr. Solano também traz algumas coisas  
1006 que são os prejuízos. E nós também entendemos, e tem... e a gente  
1007 precisa estar atento para isso, principalmente com relações ambientais.  
1008 É grande aí a devastação, é grande o... inclusive, entrada em territórios.  
1009 Então, eu acho que isso, a gente precisa cuidar mesmo, né? Eu acho que  
1010 a gente precisa ter posicionamento com relação a isso. Aí a gente defende  
1011 uma causa aqui que é dos pequenos agricultores familiares, inclusive,  
1012 estão todo dia dizendo que a responsabilidade que a gente precisa ter  
1013 com a terra, a importância que a terra é para nós e cuidar, inclusive,  
1014 muitas vezes, da devastação, que é hoje, se tratando não do pequeno  
1015 mas do médio e do grande, que também a gente precisa levar em  
1016 consideração isso. Então, é só para poder clarear isso também. SR.  
1017 MÁRIO SOLANO: Dr. André. SR. PRESIDENTE: Muito obrigado, Sr.  
1018 João. Pois não, coronel. SR. MÁRIO SOLANO: Finalizando sobre questão  
1019 ambiental, produtor rural regular, seja ele pequeno, médio ou grande, ele  
1020 não devasta e não cria problemas ambientais, porque tem  
1021 responsabilidade, tem CPF ou CNPJ para responder. Muitas vezes o que  
1022 acontece são as irregularidades. Muito obrigado. SR. PRESIDENTE:  
1023 Obrigado, coronel. Os itens 4 e5 cinco da Pauta, eles já foram objeto de

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

1024 análise pelo ouvidor titular. **ITEM 6:** Então, nós vamos passar ao item 6  
1025 da Pauta que diz respeito à Ação Direta de Inconstitucionalidade 3433,  
1026 comunicada pelo ministro Luiz Fux, encaminhada pela presidência do TJ  
1027 Pará à ouvidoria agrária via Sigadoc acerca da competência dos juízes  
1028 agrários, minerários e ambientais. Trata-se do Ofício Circular nº 278/2021,  
1029 encaminhado pela presidência do TJE aos magistrados do Poder  
1030 Judiciário e ao ouvidor agrário para ciência e divulgação do resultado  
1031 proferido pelo Excelentíssimo Sr. Presidente do Supremo Tribunal  
1032 Federal, ministro Luiz Fux, sobre o julgamento da Ação Direta de  
1033 Constitucionalidade nº 3433, na qual foi declarada a inconstitucionalidade  
1034 dos §§ 1º e 2º, do art. 3º da Lei Complementar nº 14/93 do estado do  
1035 Pará, bem como inconstitucionalidade incidental do art. 167, § 2º da  
1036 Constituição do estado do Pará. Então, o STF, por unanimidade, julgou  
1037 parcialmente procedente o pedido formulado na ADI para declarar  
1038 inconstitucional os §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei Complementar 14/93, do  
1039 estado do Pará, incidentalmente também declarou a inconstitucionalidade  
1040 do § 2º do art. 167 e modulou os efeitos da Declaração de  
1041 Inconstitucionalidade para dar efeito prospectivo à decisão para que  
1042 produza efeito a partir de seis meses da data do encerramento do  
1043 julgamento da ação, tá certo? Eu vou abrir à comunicação que o Supremo  
1044 Tribunal Federal fez ao Tribunal, foi encaminhada. Vamos abrir a palavra  
1045 a quem eventualmente tenha interesse manifestar, os juízes agrários  
1046 também, caso queiram se manifestar. É uma comunicação de uma  
1047 decisão do Supremo que foi remetida e de conhecimento, acredito, de  
1048 todos. Alguém deseja se manifestar? Inclusive, acho que o próprio Dr.  
1049 Ibraim, ele postou essa decisão no nosso grupo de trabalho, inclusive foi  
1050 citada a obra do Dr. Ibraim, uma obra muito importante. Pois não, Prof.  
1051 Girolamo, tem a palavra. SR. GIROLAMO TRECCANI: Eu só gostaria de  
1052 louvar a Procuradoria Geral do nosso estado desse esforço de defender  
1053 a legalidade e se contrapor a medidas que, como no caso específico, não  
1054 estavam conforme a Constituição, portanto é bom gravar na Ata a nossa  
1055 adesão, e mais do que adesão, os parabéns para a PGE por ter feito essa

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

1056 intervenção junto ao Supremo e a partir daí, evidentemente, por permitir  
1057 ao Supremo se manifestar. Obrigado. **ITEM 9:** SR. PRESIDENTE: Sim,  
1058 senhor, Prof. Girolamo. Alguém mais deseja se manifestar? Diante do  
1059 silêncio, vamos para o item nº 9 da nossa Pauta que diz respeito ao Ofício  
1060 76.150/2021, encaminhado pela Semas, em resposta ao Ofício nº  
1061 036/2020 da nossa ouvidoria referente à ação de reintegração de posse  
1062 na gleba Uruará, tá? Só para esclarecer aos senhores é uma resposta do  
1063 Semas a um ofício por meio do qual o presidente da nossa comissão  
1064 solicitou celeridade no atendimento aos expedientes encaminhados à  
1065 secretaria de estado, por intermédio do Dr. Antônio Vilar, que requereu  
1066 informações acerca de procedimentos que dizem respeito a feito em  
1067 tramitação naquela área. Então, eu concedo a palavra ao Dr. Antônio Vilar  
1068 para que informe se, de fato, foi atendida, foi suprida a finalidade da  
1069 diligência, se há mais alguma coisa, Dr. Antônio, que a comissão possa  
1070 ainda contribuir com o senhor nesse aspecto. SR. ANTÔNIO FERNANDO  
1071 DE CARVALHO VILAR: [pronunciamento fora do microfone]. SR.  
1072 PRESIDENTE: O senhor está sem microfone, Dr. Antônio. SR. ANTÔNIO  
1073 FERNANDO DE CARVALHO VILAR: Agradeço, Dr. André, já fui atendido  
1074 e eu agradeço à ouvidoria. Obrigado. SR. PRESIDENTE: Obrigado, Dr.  
1075 Antônio. Então, fica registrada aí a solução da questão. **ITEM 10:** O item  
1076 10 da Pauta diz respeito à informação de crimes ambientais e ameaças  
1077 às famílias acampadas na Região do Chicão e Fazenda Pontal,  
1078 localizados na gleba Inajá, em Santa Maria das Barreiras, conforme Ofício  
1079 315/2021 remetido à ouvidoria pela Dra. Herena Maués, promotora de  
1080 Justiça. Eu vou conceder a palavra ao Ministério Público, que no caso  
1081 hoje está representado pela Dra. Ione para que se manifeste a respeito  
1082 dessa situação. Dra. Ione, por favor. SRA. IONE MISSAE DA SILVA  
1083 NAKAMURA: Excelência, bom dia. Obrigada, Dr. André pela palavra. Eu  
1084 entrei em contato com a Dra. Herena, ela está em audiência agrária  
1085 agora, em Santarém, assumiu recentemente. E ela não conseguiu, a  
1086 tempo, me dar um retorno sobre essa demanda, né, que ela formulou à  
1087 ouvidoria agrária, pelo que eu não teria tantas informações, por não ser

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

1088 na minha região agrária, para contribuir nesse momento. SR.  
1089 PRESIDENTE: Compreendo. Então, eu tenho uma proposta com relação  
1090 ao tema, só para que nós já possamos diligenciar melhor, talvez seria o  
1091 ideal nós encaminharmos logo esse expediente da Dra. Herena com  
1092 urgência para a delegacia de conflitos agrários, para a Secretaria de  
1093 Segurança Pública do estado do Pará, para a Promotoria de Justiça  
1094 Conceição do Araguaia e para a Defensoria Pública Agrária junto à  
1095 Redenção solicitando informações a respeito desses fatos. E tão retornem  
1096 nós podemos dar uma deliberação. Eu submeto à apreciação dos  
1097 membros da comissão. SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: De  
1098 acordo, Excelência. SR. PRESIDENTE: Pois não, coronel Solano. Eu vi  
1099 aqui que o senhor levantou a mão. SR. MÁRIO SOLANO: Dr. André,  
1100 aproveitando o encaminhamento de documento da Dra. Herena, apenas  
1101 corrobora com o que foi dito anteriormente no caso dos produtores rurais  
1102 por mim. O que nós queremos é paridade de armas, equidade. Portanto,  
1103 era exatamente isso, encaminhar para as instituições que são  
1104 responsáveis de resolver esses conflitos-- SR. PRESIDENTE: Presidente.  
1105 SR. MÁRIO SOLANO: Dar a proteção devida para os produtores. Então,  
1106 o que nós pedimos aqui é equidade. Então, se é feito para uma denúncia,  
1107 eu estou apresentando fatos, não são denúncias. Eu vou encaminhar os  
1108 documentos. SR. PRESIDENTE: Isso. SR. MÁRIO SOLANO: Que  
1109 pudesse ter essa mesma deliberação, esse mesmo tratamento. Muito  
1110 obrigado. SR. PRESIDENTE: Olhe, coronel, e para que fique bem claro,  
1111 da parte da comissão de combate à grilagem, seja quando a presidência  
1112 está sob a minha responsabilidade, seja quando está sob a  
1113 responsabilidade do desembargador Mairton, nós sempre que recebemos  
1114 uma informação, nós mandamos apurar. Ocorre que, hoje, na verdade, o  
1115 que foi apresentado pela Faepa foi um desabafo, não foi um fato concreto,  
1116 entendeu? Por isso que eu solicitei ao senhor, respeitosamente, que  
1117 apresentasse para nós os fatos concretos, individualmente, porque nós  
1118 vamos tomar providência, tá certo? Da parte do Poder Judiciário, a  
1119 paridade de armas está garantida desde que o mundo é mundo, tá certo?

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

1120 Não há por parte do Poder Judiciário nenhuma posição de parcialidade  
1121 seja por quem quer que seja, tá certo? Agora, nós não podemos esperar  
1122 que advogados demandados ou [interrupção no áudio] da Faepa por uma  
1123 questão óbvia, por uma questão natural. Mas assim nós, aqui, muito  
1124 respeitosamente, ouvimos o desabafo da Faepa, a dificuldade que foi  
1125 relatada, e nós somos solidários a esses problemas, tá certo? Mas, para  
1126 que nós possamos tomar providências, nós precisamos que os fatos nos  
1127 sejam individualizados e nós possamos remeter a quem de direito. E nós  
1128 [ininteligível] em fazer isso, tá certo, coronel. O senhor está com a palavra.  
1129 SR. MÁRIO SOLANO: Muito obrigado pela observação, Dr. André. Com  
1130 todo o respeito, *data venia*, o desabafo foi fundamentado em processos.  
1131 Todos os casos citados aqui têm processos. SR. PRESIDENTE: Perfeito--  
1132 - SR. MÁRIO SOLANO: Portanto, são fatos. Agora, eu vou formalizar  
1133 normalmente, vou cumprir sua solicitação. E fica aqui o registro. Muito  
1134 obrigado pela atenção. SR. PRESIDENTE: Claro, e-- SR. AMARILDO  
1135 JOSÉ MAZUTTI: Dr. André, só um minutinho, por favor. Dr. André, é o  
1136 seguinte, eu recebi um ofício em relação à Fazenda Mutamba, sabe? Um  
1137 ofício em relação à Fazenda Mutamba. Eu respondi já, inclusive,  
1138 encaminhei ofício, né? E o coronel Solano retirou de Pauta essa  
1139 informação da Fazenda Mutamba, lá de Marabá. Mas já foi respondido,  
1140 né? E... é só para corroborar o papel da ouvidoria, né? Que vocês estão...  
1141 Quando chega alguma informação, vocês solicitam a informação para os  
1142 juízes agrários e a gente-- SR. PRESIDENTE: Isso. Exatamente. SR.  
1143 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Respondendo. SR. PRESIDENTE: Perfeito,  
1144 Dr. Mazutti. É porque, assim, diferentemente do que consta no expediente  
1145 da [interrupção no áudio] deliberação. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:  
1146 Sim. SR. PRESIDENTE: [interrupção no áudio] imóveis rurais. Mas Maria  
1147 Amélia, Fazenda Landi, a Fazenda Mutamba. Então, nós precisamos  
1148 apenas [interrupção no áudio] os dados [interrupção no áudio]  
1149 providência. Nunca esta ouvidoria aqui vai se quedar inerte em tomar  
1150 alguma deliberação. Nós, ao receber qualquer notícia de fato que haja a  
1151 necessidade de apuração, com toda convicção nós adotaremos as

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

1152 providências. Essa é a orientação do nosso ouvidor titular. Nada fica sem  
1153 resposta, tudo tem que ser dado andamento. Alguém mais? Dra. Herena,  
1154 a senhora gostaria de se manifestar? Eu vi que a senhora acabou de  
1155 entrar. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO:  
1156 [pronunciamento fora do microfone]. SR. PRESIDENTE: A senhora está  
1157 sem áudio, doutora. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: A  
1158 senhora está sem microfone. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA  
1159 DE MELO: Dr. André, infelizmente, eu estava... tive que realizar umas  
1160 diligências, mas eu gostaria de manifestar sobre o item da Pauta, da  
1161 fazenda Chicão, é possível, ainda, para fazer um registro? SR.  
1162 PRESIDENTE: Doutora, é o item 9? SRA. HERENA NEVES MAUÉS  
1163 CORREA DE MELO: É. Eu posso fazer no que ocorrer, Dr. André, porque  
1164 eu já... SR. PRESIDENTE: Fazenda [interrupção no áudio]. SR. LAÉRCIO  
1165 DOS SANTOS ROSA JUNIOR: É esse que está em discussão,  
1166 Excelência. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Ah, é  
1167 essa que está em discussão? SR. PRESIDENTE: A palavra está com a  
1168 senhora. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Ah, então  
1169 tá bom. É porque eu realmente cheguei na metade, e não sabia se já tinha  
1170 passado da Pauta. Bom, muito bem, nós... a gente já vem acompanhando  
1171 na Vara Agrária. Na vara, não, desculpa, na Promotoria de Justiça  
1172 Agrária, perdão, Dr. Haroldo. Através de procedimento administrativo do  
1173 Ministério Público, até antes de ter acontecido a assassinato da liderança,  
1174 e posteriormente a Polícia Civil, a Deca, ela verificou que realmente  
1175 tinha... digamos, é um crime agrário, né, um crime decorrente de um  
1176 conflito pela posse ou propriedade de área rural. Então, o que aconteceu?  
1177 Ao mesmo tempo que eu comuniquei à ouvidoria agrária, devido à  
1178 violência da situação, eu também comuniquei, obviamente, pedi  
1179 providências para a Deca. E agora há pouco, o delegado acabou de me  
1180 telefonar e me justificou que ele ainda não tomou as providências devidas  
1181 porque toda a equipe dele está deslocada para o Amazônia Viva, que é  
1182 um programa do estado, do governo do estado que envolve vários atores,  
1183 inclusive, Semas, Polícia Federal e a Polícia Civil. Então, toda a equipe

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

1184 dele, que não é uma equipe muito grande [ininteligível] mas que está  
1185 finalizando. E ele disse que no dia 3 de novembro ele já agendou  
1186 diligência nessa região. Então, assim, eu gostaria de informar à ouvidoria,  
1187 porque como ele agendou já, enfim, já está providenciando, inclusive, os  
1188 recursos necessários, vamos aguardar as providências dessa situação. E  
1189 qualquer outra comunicação, eu costumo fazer também comunicação à  
1190 Secretaria de Segurança Pública em situações onde já houveram  
1191 questões de assassinato, né, possível homicídio, para que a gente não  
1192 avance no conflito. E é isso. E a outra-- SR. PRESIDENTE: Perfeito, Dra.  
1193 Herena. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Outra  
1194 informação, só informando, aqui, assim, logo a todos nessa comissão.  
1195 SR. PRESIDENTE: À vontade. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA  
1196 DE MELO: É que eu assumi ontem, a partir da publicação da portaria da  
1197 Procuradoria Geral de Justiça, como titular na Promotoria de Justiça  
1198 Agrária em Santarém. Então, a partir de agora eu sou promotora de  
1199 Justiça titular em Santarém e ainda vou cumular por um período a  
1200 Promotoria de Justiça Agrária em Redenção, devido ao concurso, ainda  
1201 vai ser realizado pelo Ministério Público, mas aí, então, eu informo a todos  
1202 que eu estou às ordens em Santarém, tá bom? SR. PRESIDENTE:  
1203 Perfeito, Dra. Herena. Desde logo, os parabéns. A Promotoria Agrária de  
1204 Santarém tem muita sorte, né? Ela teve a Dra. Ione como promotora, que  
1205 graças a Deus veio aqui para Castanhal, e está nos brindando com um  
1206 trabalho maravilhoso, e agora ela recebe aí a senhora. Então, muito  
1207 sucesso para a senhora, muitas felicidades aí. Santarém já é uma cidade  
1208 maravilhosa por si só, né? E ser promotora agrária de Santarém  
1209 [interrupção no áudio] que precisa de uma atuação do Ministério Público,  
1210 é eu local que necessita, de fato, a região do Tapajós, ela tem um  
1211 extrajudicial muito importante do Ministério Público Agrário, eu sei porque  
1212 testemunhei isso aí, vivenciei esse trabalho da Dra. Ione. Então, tenho  
1213 certeza que a senhora vai dar continuidade a esse belo trabalho que o  
1214 Ministério Público já desenvolve aí. E com relação à manifestação, então,  
1215 que a senhora nos trouxe. Então, eu já percebo que está sendo o

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

1216 encaminhamento. Então, diante dessa informação já vou [interrupção no  
1217 áudio] a gente reoficiar já que está sendo dado o andamento cabível, tudo  
1218 bem? Então, perfeito. Já estamos com a nossa Pauta encerrada. Indago  
1219 se alguém deseja se manifestar ainda no que ocorrer para que nós  
1220 possamos designar data para a nossa próxima reunião? SR. MÁRIO  
1221 SOLANO: Dr. André, Solano. SR. PRESIDENTE: Pois não, coronel, fique  
1222 à vontade. SR. MÁRIO SOLANO: Dr. André, só fazer uma lembrança  
1223 pontual no que foi falado anteriormente por mim. Eu iniciei minha fala  
1224 fazendo a observação que não teria relação direta com a questão das  
1225 varas agrárias, dos juizes, até porque foram diligentes e deram o  
1226 encaminhamento respectivo a esses processos. A questão, o assunto, o  
1227 foco e o principal são as reincidências. Portanto, se eu não tratei durante  
1228 as minhas observações e considerações sobre os juizes das varas  
1229 agrárias, pelo contrário, no início da minha fala, eu falo é elogio, porque  
1230 as ações dos juizes, apesar de todas as dificuldades, têm sido muito  
1231 diligentes, tá? Muito obrigado pela atenção. Um grande abraço a todos aí.  
1232 Saúde e um bom final de semana. SR. PRESIDENTE: Obrigado, coronel  
1233 Solano. O senhor sempre um *gentleman*, um lorde, e a gente sabe disso.  
1234 Eu tenho total alegria em dialogar com o senhor sempre pelo seu  
1235 conhecimento, pelo seu cabedal, pela sua experiência e muito, também,  
1236 pela forma gentil, polida, educada como o senhor se dirige a todos nós,  
1237 isso aí é fato, é inconteste. Tenha total convicção, disso, tá certo? SR.  
1238 MÁRIO SOLANO: Muito obrigado, Dr. André. SR. PRESIDENTE: E  
1239 Laércio-- SR. MÁRIO SOLANO: E à Dra. Herena, Dra. Herena, sucesso  
1240 na sua nova atribuição. E, obviamente, abrace com carinho aquela terra  
1241 maravilhosa, muitos de nós aqui, com certeza, vão ficar aqui com inveja.  
1242 Sucesso e saúde. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO:  
1243 Muito obrigada, Dr. André e Dr. Solano. Muito obrigada. SRA. IONE  
1244 MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Dr. André, com licença, é lone falando.  
1245 SR. PRESIDENTE: [ininteligível]. Opa, claro, Dra. Ione. SRA. IONE  
1246 MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Só queria aproveitar essa Pauta de o  
1247 que ocorrer para informar à comissão que no dia 3 de novembro o

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

1248 Conselho Nacional de Direitos Humanos vai fazer uma reunião sobre os  
1249 deslocamentos forçados. Acredito que também vai ser pautado, nessa  
1250 ocasião, a situação lá de Barcarena, né, do sítio Conceição, território  
1251 quilombola. Então, eu só queria aproveitar e comunicar a todos os  
1252 membros da comissão que eu fui informada dessa reunião e que eu vou  
1253 participar, possivelmente, junto com a Dra. Herena, não é isso, pelo  
1254 Ministério Público. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO:  
1255 Sim, Dra. Ione. Confirmei já minha participação. SR. PRESIDENTE:  
1256 [Ininteligível] que irá ocorrer no dia 3 de novembro, tá certo? Laércio, o  
1257 desembargador Mairton [interrupção no áudio] próxima reunião? SR.  
1258 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Sim, Excelência, apontou dia  
1259 12 de novembro. SR. PRESIDENTE: Dia 12 de novembro. Perfeito,  
1260 Laércio. Eu só vou registro para que nesse dia eu já tenho audiência  
1261 designada para Barcarena, mas já fica pré-agendado, tá certo, conforme  
1262 a orientação do desembargador. E aí caso ele entenda pertinente de nós  
1263 modificarmos, aí ele toma a deliberação. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS  
1264 ROSA JUNIOR: Tá certo. Perfeitamente. SR. PRESIDENTE: Vamos  
1265 manter a orientação do desembargador Mairton, tá certo? SR. LAÉRCIO  
1266 DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Pois não, Excelência. SR. PRESIDENTE:  
1267 Então, para o dia 12 de novembro no nosso horário tradicional de 9h da  
1268 manhã. Estão todos cientes da reunião. Então, mais uma vez [interrupção  
1269 no áudio] gentil, agradeço a presença de todos, [interrupção no áudio]  
1270 sempre muito profícua. Agradeço também a gentil presença dos juízes  
1271 agrários, que sempre estão aqui para nos ajudar a algum esclarecimento  
1272 de fato que esteja em tramitação, em nome do desembargador Mairton,  
1273 já que ele sempre faz questão de frisar essa necessária [interrupção no  
1274 áudio] da comissão, da ouvidoria com os juízes agrários, que estão na  
1275 ponta, que estão trabalhando diretamente [interrupção no áudio], tá? Um  
1276 excelente final de semana a todos, Deus os abençoe, que nos mantenha  
1277 com saúde e que a gente possa se encontrar em breve. Tudo de bom  
1278 para todos. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Obrigado a  
1279 todos. ORADORA NÃO IDENTIFICADA [01:38:35]: Obrigada. Bom dia a

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22/10/2021

1280 todos. [falas sobrepostas] SR. HAROLDO SILVA DA FONSECA: Tchau.  
1281 SR. TIAGO DE LIMA FERREIRA: Obrigado e bom dia a todos. ORADOR  
1282 NÃO IDENTIFICADO: Obrigado. [falas sobrepostas] ORADORA NÃO  
1283 IDENTIFICADA: Bom dia, até a próxima. ORADOR NÃO IDENTIFICADO:  
1284 Lá em Santarém. ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tchau. Bom dia.  
1285 Assim eu, Laércio dos Santos Rosa Junior, servindo como Secretário  
1286 desta CPMEAQLG, transcrevi //////////////////////////////////////.

1287

1288

1289

1290

1291

1292

1293

1294

1295

1296

1297

1298

1299

1300

1301

1302

  
Des. **MAIRTON MARQUES CARNEIRO**  
Ouvidor Agrário do TJPA e Presidente da Comissão Permanente de  
Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à  
Grilagem – CPMEAQLG

Dr. **ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO G. DA FONSECA**  
Ouvidor Agrário Adjunto do TJPA e Presidente da Comissão  
Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das  
Questões Ligadas à Grilagem – CPMEAQLG, no exercício 

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)

